

Tribuna Operária

ANO VI - Nº 221 - DE 17 A 23 DE JUNHO DE 1985

Cr\$ 1000



Em Goiânia, meio milhão de populares estavam na festa da inauguração

Comunistas abrem com festa novas sedes do partido

Em Fortaleza ou em Caxias do Sul, Goiânia ou São Luís, a conquista da legalidade é aplaudida e festejada não só pelos militantes do PC do B mas por todos os democratas. A inauguração das sedes legais do partido, na página 3.

Entrou areia nos projetos do FMI para o Brasil

Sensível a uma forte pressão popular, o governo Sarney recusa imposições do Fundo. Negociação estagnada. P. 4

EDITORIAL

Que tipo de união?

Deve-se ou não estabelecer um acordo político para respaldar as mudanças que a nação reclama? Que condições devem ser preenchidas para que a convocação da Constituinte conduza de fato a uma Carta Magna democrática e progressista?

As duas questões se interligam. A Constituinte é, por si mesma, uma forma para que forças com opiniões distintas estabeleçam um entendimento sobre a ordem política e social do país. Mas conforme for a convocação e preparação desta Assembléia, o resultado pode ser positivo, favorável à liberdade e ao progresso, ou conservador, mantendo a Constituição como um fator de emperramento do Brasil, como ocorre atualmente.

Neste sentido, é necessária a união de todas as forças interessadas no avanço democrático para desimpedir o caminho das mudanças. Esta unidade ampla tem hoje como centro o apoio ao governo Sarney, para colocar em prática, de imediato, iniciativas sintonizadas com os anseios de renovação dos brasileiros. Não se trata de uma unidade qualquer. Não se trata de um acerto de cúpulas, conservador ou conformista. Mas de uma união para assegurar o caráter progressista da Nova República. Para impedir, por exemplo, que os latifundiários sabotem as medidas em favor da reforma agrária, apesar de serem ainda tímidas e iniciais. Para apressar a revogação da atual lei fascista anti-greve, substituindo-a por uma legislação que garanta o direito dos trabalhadores pararem as máquinas na luta por suas justas reivindicações. Enfim, trata-se de um acordo visando varrer, com urgência, todos os entraves antidemocráticos herdados da ditadura, abrir um debate amplo e livre dos problemas que afligem o país e eleger uma Constituinte soberana, que decida sobre os novos rumos do país de acordo com a vontade da maioria.

Ao participar de um acordo deste tipo, os trabalhadores não abrem mão de sua independência e de seu espírito crítico. Longe de abdicar de seu programa de transformações na estrutura do país, rumo a um novo regime social, onde o povo detenha em suas mãos os destinos da pátria, os operários conscientes encaram este processo como uma forma prática de dar a partida a estas mudanças. E de incorporar na luta as mais extensas correntes políticas e camadas sociais.

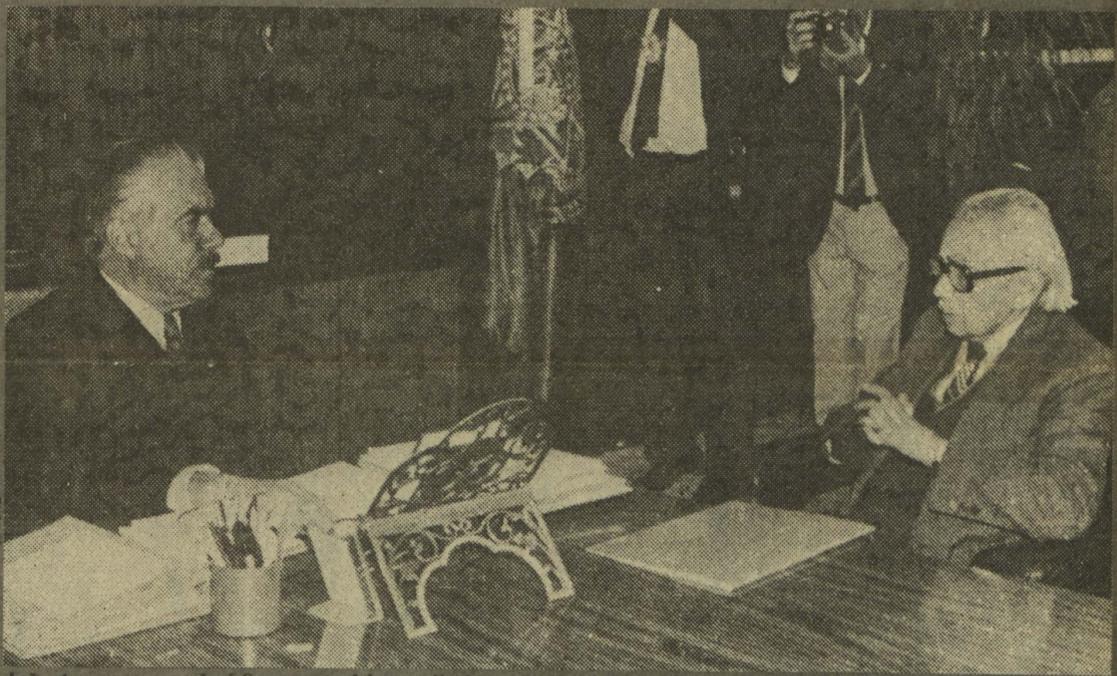
Por outro lado, as "viúvas" do regime militar fazem tudo para tumultuar o quadro político, dificultar a remoção dos restos fascistas e, inclusive, tentar substituir a Constituinte por simples reformas da Constituição vigente. Ou pelo menos pretendem fazer com que a Constituinte permaneça paralisada, envolvida em debates sobre a herança ditatorial, presa ao passado, em vez de resolver os problemas do presente e projetar-se para o futuro.

Por miopia, por ambições pessoais ou de grupo, certas correntes políticas acabam contribuindo com esta manobra reacionária. O deputado Gastone Righi, por exemplo, pretendia elevar seu prestígio pessoal antecipando-se em relação ao governo com uma emenda constitucional sobre a convocação da Constituinte. Mas sua proposta, além de dar status de constituinte aos senadores eleitos em 1982, restringia a preparação desta Assembléia a uma simples campanha eleitoral. Já o PT insiste em aproveitar a situação para relançar a sua proposta inconseqüente de Constituinte já. E junto com o PT, o PDT volta à carga pretendendo que junto com a Constituinte se realizem eleições presidenciais. No fundo, todos estes tratam de desestabilizar o governo a curto prazo e precipitar os acontecimentos antes que o povo tenha condições de se unir e de se organizar.

PC do B apóia acordo político para mudar

O Partido Comunista do Brasil, em audiência com o presidente José Sarney, manifesta apoio à proposta de um acordo político que dê maior impulso à transição democrática e às transformações progressistas que o Brasil

reclama. A primeira entrevista oficial do presidente com o PC do B e a opinião do deputado metalúrgico Aurélio Peres estão na página 3.



João Amazonas com José Sarney: em debate a dívida, a Constituinte, a reforma agrária, o entulho.

Exemplos de coragem na luta pela terra

A T0 ouve o depoimento de quatro frentes de luta camponesa, em Pernambuco, Goiás, Bahia e Maranhão; em todos, a violência bestial do latifúndio, o destemore e a firmeza dos trabalhadores do campo. Pág. 10

Vereador baleado diz que continua na luta

O jovem vereador Edmundo Galdino, ameaçado de paralisia depois do atentado político que sofreu em Araguaina, Goiás, declara à T0: "Quero voltar o mais rápido possível". Pág. 4

Fala a viúva do "Cabra Marcado"

Elizabeth Teixeira, personagem do filme "Cabra Marcado para Morrer", relata a história da morte do seu marido e fala da emoção de rever os trabalhadores em luta pela terra. Pág. 9



Elizabeth numa cena do filme de Eduardo Coutinho



Mengele não foi o único nazi que se ocultou no Brasil

Sob o manto protetor da ditadura outros nazistas buscaram aqui a impunidade para seus crimes. P. 2

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Pressões dos EUA levam a militarização à Costa Rica

A Costa Rica, país que se vangloriava de não ter exército e manter a neutralidade, está-se militarizando. Pressionada pela administração norte-americana de Ronald Reagan e governada pelo social-democrata Luis Alberto Monge, do PLN, a Costa Rica agora engrossa o jogo de pressões ianques contra a Nicarágua sandinista.

O pequeno país centro-americano orgulhava-se de ter mais professores primários (12.300) do que homens em armas (os 7 mil, da Guarda Civil e da Guarda Rural). O exército costarricense foi suprimido em 1948. O país acabava de sair de eleições presidenciais. Otilio Ulate venceu o pleito, mas o presidente Teodoro Picado recusou-se a entregar o poder. Ocorreu uma rebelião popular, liderada por José "Pepe" Figueras, que presidiu uma junta de governo por 18 meses. Nesse período dissolveu o exército e promoveu uma nova Constituição, em 1949, entregando o poder, então, a Ulate.

PRESSÕES IANQUES

Figueras voltou ao poder em 1953, já como sucessor de Ulate, eleito pela agremiação que fundara, o Partido de la Liberación Nacional (PLN), que passou a dominar a política local. Desenvolveu a energia elétrica no país, encampou os serviços de utilidade pública, na-

cionalizou os bancos, expandiu a previdência social e o ensino público, elevou de 10% para 30% os impostos sobre a United Fruit Company — que domina a agricultura do país. As medidas tiveram repercussão tamanha que o então ditador da vizinha Nicarágua, Anastácio Somoza, chegou a organizar a queda do governo Figueras.

Mas logo o PLN refreou seu ímpeto reformista. E começou a aproximar-se dos EUA. Passou a oscilar para uma colaboração ora mais discreta, ora mais aberta com o imperialismo ianque. A Costa Rica, mesmo sem exército, enviou um "contingente simbólico" de 20 homens para a República Dominicana, quando da invasão norte-americana, em 1965. Em 1979, contraditoriamente, o governo costarricense abrigou os guerrilheiros sandinistas que lutavam contra Somoza, na Nicarágua.

Após a revolução sandinista, com o avanço da luta antiimperialista em El Sal-

vador e o recrudescimento das provocações ianques na América Central, a Costa Rica deu uma sensível guinada para a direita. E passou a aumentar seus investimentos de guerra.

O presidente Luis Alberto Monge — que retomou o poder para o PLN, após a gestão de Rodrigo Carazo Odio, do Partido Unidade — fez vistas grossas à formação de grupos paramilitares no país. Após vencer as eleições de 1982, Monge viajou aos Estados Unidos. Pediu verbas e anunciou que, como não poderia receber ajuda militar (proibida pela Constituição), aceitaria uma "ajuda para a segurança..."

Monge ainda criou um tal "Organização Para a Emergência Nacional", OPEN, integrada por 10 mil homens armados e subordinada ao Ministério da Segurança. Entre 1981 e 83, as verbas deste Ministério saltaram de 231 milhões para 630 milhões de "colones" (a moeda local) e as verbas da "Dirección de Seguridad Nacional" (o SNI costarricense) pularam de 4 milhões para 18 milhões de "colones".

O presidente social-democrata (o PLN é ligado a Internacional Socialista) ainda enviou, em 1983 —

pela primeira vez na história da Costa Rica — 70 alunos para a "School of America", escola militar ianque no Panamá que doutrinou Pinochet, Hugo Banzer, e outros ditadores militares latino-americanos.

VERBAS DO FMI

Monge ainda incorporou a Costa Rica ao esforço anti-sandinista da administração Reagan. Abriu suas fronteiras para os terroristas de Eden Pastora (também social-democrata) e passou a criar problemas fronteiriços com a Nicarágua. A Costa Rica foi um dos poucos países a apoiar o tresloucado boicote econômico imposto pelos EUA aos sandinistas.

Passando por cima da Constituição, Monge está montando uma base militar, assessorada por "técnicos" norte-americanos, próxima à fronteira nicaraguense, e ainda permitiu que um avião militar ianque pousasse em terras costarriquenhas, no final de maio.

Em pagamento para tanto servilismo, Monge está tendo facilidades de crédito junto ao FMI, embora a crise econômica esteja se agravando e o país não consiga cumprir as absurdas metas fixadas pela agência espoliadora internacional. (Carlos Pompe)

Jogo sujo do PCI facilita golpe no reajuste salarial da Itália

Um plebiscito realizado no último fim-de-semana na Itália feriu a escala móvel de salários. Por 55% dos votos, os eleitores referendaram o corte; pelo governo, de quatro pontos do reajuste salarial.

Mais do que a perda média de Cr\$ 50 mil por mês para cada trabalhador, esta eleição aprovou o ataque direto a uma importante conquista operária.

A escala móvel prevê o reajuste automático de salários a cada três meses ou a cada alta de 30%

nos preços. Há tempos que a burguesia ataca essa conquista dos operários.

No início de 1984, o governo chefiado pelo "socialista" Bettino Craxi apresentou às centrais sindicais a proposta de cortar 4% do reajuste automático. O acordo foi assinado pela CISL, central sindical democrata-cristã, e pela UIL, social-democrata. Os trabalhadores resistiram ao arrocho, e o governo baixou um decreto-lei. Desde junho de 1982, com a greve de um dia contra as alterações na sistemática de reajustes salariais, os operários demonstravam disposição de luta.

Em resposta ao decreto-lei de fevereiro, foram paralisadas as principais cidades industriais, como Roma, Gênova, Milão e Turim, pe-



Operários italianos mobilizam-se em defesa da escala móvel, contra os ataques do patronato

los Conselhos de Fábrica, contrariando as centrais sindicais. Em março, em Roma, 1 milhão de trabalhadores manifestaram-se contra a redução dos salários reais e pela devolução dos 4%.

OPORTUNISMO DO PCI

A disputa assumiu também uma importância política aguda. Em primeiro lugar, o capital pretendia arrancar uma importante vitória operária, o que, além dos efeitos imediatos, contribuiu para desmoralizar o movimento sindical. A este sentido mais geral, a imprensa burguesa procurou acrescentar um novo ingrediente. Seria, segundo os jornais, mais uma derrota do PCI, que há menos de um mês perdeu para a Democracia Cristã as eleições municipais.

É certo que os revisionistas saíram enfraquecidos do episódio. Quando o governo Craxi apresentou a proposta de redução salarial, em 1984, o PCI freou de todas as maneiras a resistência da classe operária. Foi contra a greve geral, acenou com a possibilidade de um acordo que, no fim, não se realizou. Sua obsessão em submeter-se à democracia parlamentar resultou em que o governo se sentisse seguro para baixar o decreto do arrocho, já que a central sindical dos eurocomunistas, a CGIL, estaria "sob controle". A traição do PCI à escala móvel vai mais longe. Ainda este ano, tentando evitar o plebiscito, a CGIL propôs um acordo que passaria os reajustes para semestrais.

Os partidos da coligação

governamental, entre eles o "socialista" e o democrata-cristão, tentaram evitar o plebiscito. Temiam que os votos operários derrubassem o arrocho e obrigassem o patronato a devolver os 4% usurpados. O PCI, que vinha de uma derrota nas eleições municipais — após a vitória nas eleições do Parlamento Europeu, realizadas sob o impacto da morte de Berlinguer — passou a defender o plebiscito. Visava revogar o decreto-lei salarial, desestabilizar e provocar a renúncia do gabinete de Craxi. Sua política colaboracionista, porém, trouxe como resultado mais uma derrota eleitoral e mais um serviço prestado à burguesia, que pode festejar a escala móvel de salários. (Silvio Queiroz)

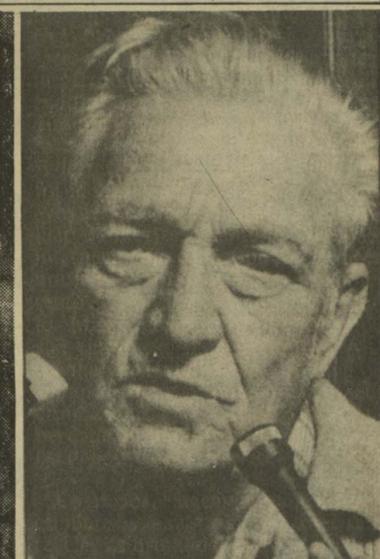
SE BUSCA



Al Dr. Josef Mengele

Por sus crímenes contra la humanidad
Josef Mengele fue el responsable por la muerte de 400.000 personas en el campo de concentración de Auschwitz. Por eso a todos le hizo sufrir a él y a sus familiares y fue el quien les asesinó a los prisioneros de guerra y a los judíos. Mengele, de 78 años de edad, 1.70 m. de estatura y de ojos pardos vendados, se hizo conocido en 1964 y desapareció en 1968. Los investigadores de la Interpol y de la OEA, el Bando de Olatos (Bando de la OEA) y el Bando de Olatos (Bando de la OEA), están buscando y arrestando al Dr. Josef Mengele. Dirección: Martín Mendonza, Apartado (C.O. Box) 8810, Washington, D.C. 20033. Tel. 202-338-1111, o Bando de Olatos (Bando de la OEA), (C.O. Box) 8810, Washington, D.C. 20033. (C.O. Box) 8810, Washington, D.C. 20033. Toda información en este sentido es confidencial.

RECOMPENSA - U.S. \$2.375.000



O cartaz de busca do "Anjo da Morte"; abaixo, Stangl, criminoso e funcionário da Volkswagen em São Bernardo, e Wagner, que se entregou mas foi deixado em liberdade

Brasil, refúgio de criminosos nazistas

Quando fechava-se o cerco em torno do carrasco de Auschwitz, Josef Mengele, responsabilizado pelo assassinato de mais de 400 mil pessoas e de realizar "experiências" macabras com prisioneiros de guerra e judeus, eis que surgem seus ossos no Brasil

O diz-que-diz-que em torno da identificação ou não do "anjo da morte" Mengele com os ossos retirados do cemitério do Embu talvez nunca se resolva. O que o episódio deixou claro, mais uma vez, foi que o Brasil serviu de refúgio para nazistas. E por inúmeras vezes as autoridades mostraram-se coniventes com o acobertamento dos carrascos que serviram a Hitler.

MÁQUINA DE GUERRA

Os nazistas alemães e seus aliados produziram mais de 70 mil criminosos de guerra durante o conflito de 1939-1945. Desses, 50 mil conseguiram escapar das barras da Justiça. Às vésperas da derrota, o exército e a burguesia alemã começaram a organizar a máquina de fuga e proteção daqueles que mais se empenharam no ataque aos povos durante o império do III Reich. Sabe-se da ligação do serviço secreto norte-americano e do Vaticano com essa estrutura de fuga. Os Estados Unidos (onde teriam se refugiado 10 mil criminosos de guerra) e a América Latina foram algumas regiões escolhidas para dar abrigo aos fujões.

O governo Perón, na Argentina, teria vendido 6 mil passaportes em branco aos nazistas alemães, para serem utilizados na "operação fuga". Paraguai, Bolívia, Peru, Brasil e Chile foram outros países onde os homens de Hitler encontraram facilidades para seus refúgios.

PORTAS ABERTAS

Josef Mengele, coronel da SS e médico-chefe do campo de extermínio de Auschwitz, incorporou-se na rota sul-americana. Não precisou mudar de nome para instalar um consultório na Argentina. Mas foi reconhecido, no país, por Nora Eldoc, a quem havia esterilizado no campo de concentração austríaco. Mengele também reconheceu Nora. Ele fugiu, ela morreu. O "anjo da morte" correu para os domínios de Stroessner, no Paraguai. Lá, preferiu mudar de nome. Stroessner não se fez de rogado. Deu-lhe cidadania paraguaia e um novo nome: "Não fechamos nossa porta a ninguém", justificou-se o ditador. Ultimamente aumentavam as pressões para que Stroessner entregasse o criminoso à Justiça. Foi quando surgiu a ossada do Embu.

Pelas versões que surgiram nos últimos dias, Josef Mengele estaria no Brasil utilizando a identidade de...

Wolfgang Gerhard, ex-soldado do exército alemão que voltou à Europa em 1975. Era assessorado, entre outros, por Wolfran Bossert - que foi cabo do exército nazista - e sua esposa Liselotte, que estão no Brasil desde 1952, e que confessam que sabiam da verdadeira identidade do exterminador de Auschwitz.

Anteriormente, o Brasil já havia sido sacudido pela descoberta de outros criminosos de guerra em seu território. Foi o caso de Herbert Cukurs, responsabilizado pela morte de 30 mil pessoas em Riga, que chegou a pedir proteção ao DOPS quando foi localizado em São Paulo. Também é o caso de Franz Stangl, envolvido na morte de 700 mil pessoas na Polônia e na Áustria, e que não precisou sequer mudar de nome para arranjar emprego na Volkswagen em São Bernardo.

FESTA PARA HITLER

A desenvoltura dos nazistas em nossa pátria é tamanha que em 1978 eles chegaram a comemorar o aniversário de Hitler em Itaitiá, numa festa patrocinada pelo alemão naturalizado brasileiro Alfred Winkelmann, durante um congresso do Movimento de Libertação do Reich Alemão! A festa foi fotografada, e pela foto foi identificado o criminoso Gustav Wagner, responsabilizado por 1 milhão de mortes. Diante das pressões internacionais e da opinião pública brasileira, o próprio Wagner se apresentou à Polícia Federal em São Paulo. Mas o governo brasileiro negou sua extradição para a Áustria, Alemanha Ocidental, Israel, Polônia ou Líbano - onde responderia por seus crimes. Gustav Wagner viveu em liberdade até seu suicídio, algum tempo depois de descoberto.

Os povos exigem a punição dos criminosos nazistas. Eles precisam revelar as brutalidades que perpetraram à humanidade - e que continuam perpetrando. Sabe-se que os nazi, após a fuga, não ficaram inativos. Pelo contrário, na América Latina colaboraram com as sucessivas ditaduras militares que se instalaram no continente. Klaus Altmann, por exemplo, que refugiou-se na Bolívia, esteve envolvido com o golpe militar do general Garcia Meza, há alguns anos. Muitos desses criminosos - como o próprio Mengele - ligaram-se, também, ao narcotráfico.

No caso específico do Brasil, não deixa de causar estranheza saber-se que a Polícia Federal, sempre tão dedicada a investir contra os sindicalistas e os opositoristas ao regime militar implantado em 64, só tenha "achado" Mengele depois de morto. Isso quando os nazi realizavam suas reuniões publicamente, deixando-se facilmente fotografar, como na festa de Itaitiá.

Fundação Mauricio Grabois

Israel sai do Líbano mas ameaça voltar

Após 1.099 dias de bombardeios indiscriminados, massacres cruéis de populações indefesas e de terror selvagem, os soldados sionistas anunciaram o fim da operação de retirada do Líbano, no último dia 10. Para trás deixaram a destruição de Beirute, a capital libanesa bombardeada durante meses, e centenas de milhares de libaneses e palestinos mortos. Também ti-

veram suas perdas. A operação militar considerada "mais desastrosa da história de Israel" custou a vida de 654 soldados judeus, além de 3.890 feridos.

Mas a retirada não significa o fim das agressões. Segundo o general Orri Orr, chefe do Comando Norte do Exército de Israel, "soldados israelenses continuarão entrando e saindo do

Líbano". Cincamente, o chefe do governo social-democrata de Israel, Shimon Peres, afirmou haver deixado "o Líbano militar e politicamente", mas seu ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, o desmentiu no ato, e explicou que "militares israelenses continuarão destacados na 'zona de segurança' para apoiar o Exército do Sul do Líbano" — um bando de mercenários trei-

nados e financiados pelos sionistas e pelo imperialismo norte-americano.

A retirada de Israel do Líbano, contudo, não deixa de refletir um revés aos projetos expansionistas de Israel. Apesar da ferocidade da agressão ao país vizinho, os sionistas não conseguiram dobrar a resistência libanesa e palestina, que obrigou-os à atual retirada.

Foto: Moreira Mariz



Amazonas: "Se fosse um pacto conservador não haveria resistências"; Sarney: "E, em 48 horas estaria selado"

PC do B leva a Sarney opinião sobre o pacto

Após passar quase toda a sua existência na clandestinidade, a direção do Partido Comunista do Brasil, hoje em processo de legalização, conquistou na terça-feira, dia 11, mais um expressivo reconhecimento: o presidente José Sarney recebeu em audiência, no Palácio do Planalto, os dirigentes do PC do B João Amazonas, Dyneas Aguiar e Renato Rabelo.

Ampla unidade democrática para viabilizar mudanças

Durante os 21 anos do regime militar foi se forjando no país uma sólida unidade de todas as forças políticas que lutavam pelo fim desse regime de fome e opressão. Essa unidade teve sua expressão política inicialmente no MDB e depois no PMDB, verdadeiros estuários do repúdio de todo o povo contra a ditadura.



Opinião parlamentar Aurélio Peres, dep. federal - PMDB-SP

Esse sentido de unidade se manteve mesmo com a reformulação partidária e teve sua expressão maior na campanha das diretas já. Agora, após o fim do regime e a vitória da Aliança Democrática, uma questão está colocada na ordem do dia: é necessário ou não manter essa mesma unidade das forças democráticas para dar sustentação e força política ao governo do presidente José Sarney? Alguns setores equivocados acham que não, sob o argumento de que "o momento agora é outro". Pensam que é hora de reafirmação das diferentes correntes políticas e de luta entre elas.

Isso é totalmente falso. Apesar da vitória contra o regime militar, a crise política, econômica e social por que passa o Brasil ainda não está totalmente resolvida. Os principais componentes desta crise estão todos aí, em pleno vigor, como a dívida externa, a concentração fundiária, a inflação, a concentração de renda, entre outros. Portanto, só a unidade de todas as forças políticas democráticas em torno do governo Sarney terá a força suficiente e necessária para promover as transformações reclamadas pela nação. Só um governo com forte e amplo respaldo político na sociedade terá condições de levar adiante esta tarefa, promovendo medidas que avancem no sentido da reforma agrária, da suspensão do pagamento da dívida externa, de melhorias salariais, e implementar os compromissos assumidos em praça pública na campanha de Tancredo.

Essa é, em síntese, a proposta feita pelo presidente José Sarney, de construção de um amplo e representativo acordo nacional para dar sustentação política ao seu governo e empurrá-lo no rumo

das transformações. Ficar contra essa proposta de unidade sob a alegação de que ela pode favorecer a este ou àquele segmento político é um verdadeiro absurdo. O que está em jogo não é o interesse deste ou daquele partido, deste ou daquele político, mas sim o interesse de toda a nação.

Essa é a visão dos comunistas e de todas as forças políticas conseqüentes que sempre lutaram pelo fim do regime e pela conquista da liberdade e da democracia. Nós que sempre estivemos ao lado do povo na longa e penosa caminhada pela sua libertação não podemos abandoná-la agora, quando a luta assume novas e importantes características.

É nossa tarefa ajudar o governo Sarney a construir esse acordo, forjando uma ampla frente popular e democrática, capaz de acumular forças necessárias para mudar efetivamente este país. Evidente que, ao mesmo tempo, é imprescindível manter a independência e o espírito crítico. Apoiar o acordo não significa abrir mão do programa próprio e da luta pelas transformações em profundidade, que correspondem às aspirações dos trabalhadores e às necessidades do progresso.

Todavia, criticar e excluir-se das discussões em nome de um doutrinarismo genérico, desligado do processo político em curso, é deixar aberto o campo para que os setores conservadores e reacionários se organizem e tentem impedir a consolidação da democracia. Como disse o próprio presidente Sarney: "É preciso ter noção do momento histórico que estamos vivendo e estar sempre em sintonia com esse momento histórico".

Os líderes comunistas, acompanhados pelos deputados federais Haroldo Lima (BA) e Aurélio Peres (SP), discutiram durante meia hora com o presidente da República diversos problemas da situação política brasileira. E entregaram a Sarney cópias do Manifesto à Nação, dos Estatutos e do Programa encaminhado pelo partido à Justiça Eleitoral.

"UMA VITÓRIA DO POVO"

O ex-deputado constituinte de 1945 João Amazonas disse ao presidente Sarney que o PC do B apóia a sua proposta de construção de um pacto político nacional para consolidar a democracia e promover as mudanças exigidas pela nação. Amazonas salientou que "a eleição da Aliança Democrática em 15 de janeiro foi acima de tudo uma vitória do povo brasileiro" e que, agora, esta unidade precisa ser mantida "para fazer com que o governo avance no cumprimento dos compromissos assumidos perante o povo". O presidente Sarney concordou com essa afirmação, asseverando aos comunistas que "é preciso consolidar o que conquistamos e avançar no sentido das mudanças".

Ao manifestar o apoio do PC do B à proposta de Sarney, Amazonas disse que é imprescindível a manutenção do acordo político que levou à vitória sobre o regime militar autoritário. "É preciso manter e ampliar ainda mais esta unidade", afirmou o dirigente comunista durante a audiência.

QUATRO PREOCUPAÇÕES

Os líderes do PC do B colocaram para o presidente Sarney sua preocupação com quatro aspectos fundamentais na consolidação da democracia no Brasil: a dívida externa, a reforma agrária, a convocação da Constituinte e a remoção do entulho autoritário ainda existente. Com relação à Constituinte, Amazonas destacou a importância de que sua convocação seja precedida de um amplo debate em toda a sociedade, de forma a fazer com que o povo participe ativamente no conjunto do processo. "A Constituinte de 46, da qual eu participei, foi convocada no dia 2 de novembro de 45, votada no dia 2 de dezembro e instalada no dia 2 de janeiro, sem que o povo soubesse ao certo o que estava acontecendo. Agora é preciso organizar um movimento de conscientização popular", defendeu.

O dirigente do PC do B disse estranhar a reação de diversos setores à proposta de Sarney e salientou que se fosse para formar um pacto conservador essas resistências não apareceriam. O presidente da República concordou, comentando: "É verdade; se fosse um pacto conservador em 48 horas ele estaria selado". Sarney reafirmou sua disposição de levar a proposta até o fim, ouvindo todas as forças políticas do país, inclusive os comunistas. Sublinhou que este é o melhor caminho para fortalecer o governo no sentido de promover as mudanças exigidas pela nação. Disse ainda ter consciência do momento histórico que vivemos e da necessidade de um pacto amplo e representativo, em sintonia com este momento.

Os dirigentes do PC do B entrevistaram-se também com o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e os ministros da Previdência Social, Waldir Pires, e da Saúde, Carlos Sant'Ana.

Comunistas inauguram sedes e festejam

Multiplicam-se nos Estados os festejos da legalidade do Partido Comunista do Brasil, com inauguração de sedes, comícios, manifestações. Apoio das mais variadas correntes políticas, de sindicalistas e líderes populares, e o retorno às fileiras partidárias de antigos militantes demonstram o respeito alcançado pelo PC do B em sua luta por liberdade.

FILIAÇÕES

Em Fortaleza, durante toda a primeira semana de junho militantes comunistas ocuparam as principais praças com bancas de filiação ao PC do B, recebendo centenas de adesões. Pela primeira vez no Ceará, os comunistas foram entrevistados pela televisão, que anunciou a apresentação oficial da diretoria regional provisória do partido e seu programa.

No dia 10, no plenário da Assembleia Legislativa, lotado de populares, foi realizado um ato dos comunistas. Estavam presentes o presidente da Assembleia, Castelo de Castro; o prefeito em exercício, Djalma Eufrázio; representantes de vários partidos políticos; os deputados federais Paes de Andrade e Moisés Pimentel; o presidente da OAB local, Sílvio Brás, além de deputados estaduais, vereadores da capital e interior, e lideranças sindicais, estudantis e populares.

Gilse Arruda, da direção regional do partido, relembrou episódios da vida do PC do B, "que tem a marca de estar sempre integrado nas lutas de nossa gente, que atuou ombro a ombro com os operários e camponeses, que foi o pioneiro na defesa da reforma agrária, que batalhou constantemente contra a dominação estrangeira e defendeu heroicamente a liberdade e a democracia".

Antes do encerramento do ato, com o Hino Nacional, a bailarina Ercila Menezes, toda de vermelho (como as faixas e bandeiras que decoravam o recinto) interpretou vibrantemente a "Internacional", cujos acordes tomaram conta do plenário e empolgaram os presentes.

VITALIDADE

"Muitos camaradas foram presos, torturados e até mesmo assassinados para que a bandeira vermelha de nosso partido parasse de tremular. Mas ela jamais foi arriada", afirmou o vereador Euler Ivo, de Goiânia, na inauguração da sede do Diretório Regional do PC do B dia 5. Cerca de 500 pessoas estavam presentes à solenidade, onde foram apresentados os dirigentes do partido no Estado e homenageado João Batista Drummond, comunista assassinado pela repressão em 1976 e que atuou vários anos em Goiás.

Mais de 40 pessoas ingressaram na organização durante a festa e, segundo Luís Carlos



Foto: Sucursal de Goiânia

Só na inauguração, 40 filiações ao PC do B em Goiânia

Orro, da direção regional, "a perspectiva é de termos um grande número de filiados, devido à grande receptividade às propostas comunistas".

Prestigiaram a festa os deputados do PMDB Daniel Antônio e Ivan Ornelas; os vereadores Daniel Borges e Etvaldo Alves; o presidente do PMDB-Jovem, Marconi Perillo; o vice-presidente da UNE, Romualdo Pessoa Campos; os sindicalistas Delúbio Soares, Hevécio Costa, Vilmar Alves, Sílvio Costa, Getúlio Brito; Adalberto Monteiro, da UJS; Lúcia Rindon, do Centro Popular da Mulher, entre outros.

TRÊS VETERANOS

A rua Osvaldo Cruz, no centro de São Luís, Maranhão, amanheceu diferente no dia 31 de maio. No número 921 uma grande placa anunciava ser ali a sede do Partido Comunista do Brasil. Muitas pessoas entraram no sede e no partido, querendo um contato aberto com os comunistas tão perseguidos durante tantos anos. À noite, uma grande festa atraiu moradores, sindicalistas, operários, camponeses e estudantes. Os deputados estaduais Carlos Guterres, Gervásio Santos, Haroldo Sabóia e Luís Pedro foram prestigiados. A tevê noticiou o fato.

Joaquim Washington Luís de Oliveira, em nome da direção regional, prestou uma sentida homenagem aos comunistas maranhenses assassinados pela repressão e pelo latifúndio, Rui Frazão e Nonatim, e aos que ajudaram a reorganizar o partido no Estado, Luís Guilhardini e Humberto Bronca. Três veteranos comunistas também foram saudados: Alquimar Guterres, que ingressou no partido em 1943; Antônio Paulino, que ingressou em 1953; e Josino Barros,

que filiou-se em 1932. Foram distribuídos o Manifesto à Nação e o jornal A Classe Operária, órgão do PC do B.

CAXIAS DO SUL

Os comunistas de Caxias do Sul, RS, realizaram no dia 1º de junho uma festa para comemorar o registro do PC do B e inaugurar a sua sede, na rua Dal Canale, 1981, fundos, 2º andar. A presença operária e popular foi marcante. Anteriormente, 3 mil panfletos haviam sido distribuídos convocando o povo para o ato.

Representantes da União Caxiense de Secundaristas, União de Mulheres, núcleo do Centro de Professores do Rio Grande do Sul, sindicalistas da construção civil e dos comerciais, Ênio Marques do Sindicato dos Metalúrgicos, lideranças populares e o vice-presidente da União das Associações de Bairro, Paulo Dalazen, participaram da festa.

Várias lideranças presentes destacaram a combatividade do Partido Comunista do Brasil e solidarizaram-se com sua luta, como o vereador Edio Eloi Frizzo. Pedro Pozenatto, da Comissão Diretora Provisória Estadual do PC do B e principal reorganizador do partido na cidade, relatou a história da organização e suas principais lutas. Muito pincão, pipoca e quentão completaram a festa, repleta de muita música e animação.

Esses episódios evidenciam mais uma vez que a violência das classes dominantes — em particular a truculência do regime militar nos últimos 21 anos — não consegue destruir o partido da classe operária e sua luta por uma sociedade justa, socialista. (das sucursais)

Progressistas do PMDB mineiro lançam candidato a prefeitura

O professor Roberto Martins foi lançado, num concorrido ato público realizado no último dia 12, no auditório da UFMG, candidato à convenção do PMDB que vai indicar o nome do partido para disputar a prefeitura de Belo Horizonte em 15 de novembro. O ato, que impressionou pela sua representatividade, contou com cerca de mil pessoas, onde se destacavam aproximadamente 80 lideranças sindicais, comunitárias e estudantis, além de personalidades democráticas, artistas e vários parlamentares.

O encontro foi presidido pelo ex-deputado Edgard Amorim, que destacou a importância dessa candidatura para a renovação da prática do PMDB em Belo Horizonte. Coube ao dr. Célio de Castro, presidente do Sindicato dos

Médicos, fazer a apresentação de Roberto Martins. Ele salientou a coerência política, a combatividade e a intensa participação do candidato em todas as jornadas democráticas que conduziram ao fim do regime militar. Escolhido numa convenção em que participaram quase 400 pessoas, Roberto Martins é professor de economia da UFMG, ex-presidente da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte e atual 2º vice-presidente do PMDB de Minas Gerais.

CONTRA O IMOBILISMO

O lançamento da candidatura de Roberto Martins foi resultado de uma articulação envolvendo expressivos setores do movimento social da capital mineira, bem como lideranças

políticas de oposição descontentes com a postura imobilista e conservadora da cúpula do PMDB local. Daí surgiu o movimento de renovação do PMDB, num processo de ampla discussão e afirmação de uma proposta ajustada à nova realidade política nacional.

Reagindo contra a conduta clientelista e despolitizada em que se desenvolvia a disputa entre os postulantes a candidato à prefeitura pelo PMDB, o movimento achou por bem lançar o seu candidato próprio. Mantém, no entanto, a disposição de fazer negociações que visem garantir a união do partido em torno de uma plataforma progressista, comprometida com a solução dos graves problemas que atingem o povo belo-horizontino. (da sucursal)

CONTRA O IMOBILISMO
O lançamento da candidatura de Roberto Martins foi resultado de uma articulação envolvendo expressivos setores do movimento social da capital mineira, bem como lideranças políticas de oposição descontentes com a postura imobilista e conservadora da cúpula do PMDB local. Daí surgiu o movimento de renovação do PMDB, num processo de ampla discussão e afirmação de uma proposta ajustada à nova realidade política nacional. Reagindo contra a conduta clientelista e despolitizada em que se desenvolvia a disputa entre os postulantes a candidato à prefeitura pelo PMDB, o movimento achou por bem lançar o seu candidato próprio. Mantém, no entanto, a disposição de fazer negociações que visem garantir a união do partido em torno de uma plataforma progressista, comprometida com a solução dos graves problemas que atingem o povo belo-horizontino. (da sucursal)

Ainda no hospital, Galdino promete: "voltarei à luta"

Edmundo Galdino, vereador de Araguaína baleado no último dia 3 por um pistoleiro a soldo da oligarquia latifundiária do norte de Goiás, corre o risco de ficar paralisado. Apesar disto, o bravo lutador permanece otimista e disposto a prosseguir na luta. No hospital onde ainda está internado, Galdino deu uma entrevista exclusiva à Tribuna Operária:

TO: A que se deve o atentado contra você?

Galdino: Araguaína é parte de uma região onde existe uma minoria de ricos, grandes latifundiários, e uma grande maioria de pobres, trabalhadores, que vivem em condições extremamente difíceis.

A luta pela terra é uma constante por lá. Os posseiros vão sendo expulsos, espezinhados, despejados de suas terras, humilhados, sem direito a nada. Hoje esta luta vai tomando um caráter político pois a massa de deserdados passou a reagir contra a opressão. Nas últimas eleições foram eleitos muitos vereadores na região comprometidos com o povo. E foi possível também fazer vigorosas denúncias na imprensa contra os abusos dos poderosos. Paralelamente a isto, verificou-se uma renovação nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Enfim, a luta evoluiu no norte de Goiás.

Os grileiros passaram então a se organizar para esmagar esta resistência. E se antes matavam este ou aquele camponês, este ou aquele pequeno ou médio proprietário e comerciante, agora passaram para os atentados políticos. No Pará o deputado estadual Paulo Fonteles vive sob ameaça e da mesma forma estão na



Galdino: meu cérebro e meus braços continuam funcionando a favor do povo

mira dos jagunços o padre Josimas e as irmãs da região do Bico do Papagaio. Eu fui vítima também desta "operação limpeza". O objetivo dos latifundiários é sufocar a luta pela reforma agrária. Eles estão se armando para impedir qualquer mudança na estrutura agrária. O próprio presidente do Gebam já denunciou uma caixinha de 5 bilhões de cruzeiros para comprar armas no exterior.

TO: Como você encara a sua participação na luta daqui em diante?

Galdino: Eu quero dizer aos meus companheiros que estou fazendo todos os esforços para voltar o mais rápido possível à atividade. Vou voltar para continuar a nossa luta. Mesmo que eu não possa mais andar, o que é uma hipótese provável, continuo firme. Meu cérebro continua funcionando, meus braços continuam funcionando, minhas forças para prosseguir nessa grande luta em defesa do progresso, da liberdade e da

justiça social continuam muito grandes.

A nossa região já ganhou um grande impulso. Já pegou embalo e não pode parar de jeito nenhum. Eu acho que nunca tivemos na nossa história, na história do norte de Goiás, um movimento tão impetuoso como este. Não será tirando a vida deste ou daquele lutador que os latifundiários impedirão a marcha do povo. O povo do norte perdeu o medo e vai continuar a luta. Esta caminhada agora é inexorável.

TO: Você tem alguma coisa a dizer para a juventude?

Galdino: Nós temos muitas pessoas idosas que estão na ativa, que estão lutando e que expressam o sentimento de nosso povo. Mas é uma grande nova, o grande despertar é o da juventude, que começa a abraçar a grande causa de construir o futuro, a partir de hoje. Aquela história de que o jovem só gostaria de pensar no futuro depois de velho

acabou. A juventude está cada dia mais consciente do seu papel na luta pela democratização de nosso país. E como membro da União da Juventude Socialista tenho a honra de dizer que este movimento vem funcionando como uma alavanca, como um instrumento para despertar a grande massa de jovens para a luta política.

A juventude consciente, unida, está chamada a participar decididamente no combate para acabar com todos os mecanismos de opressão herdados da ditadura militar. Está chamada a construir uma vida nova, uma sociedade socialista, com pão e justiça para todos.

Como jovem, minha disposição é ir adiante. Ao mesmo tempo, conclamo os meus amigos e companheiros da Juventude a assumirem sua posição, ocuparem o seu lugar diante dos grandes acontecimentos da vida nacional e das imensas possibilidades que se abrem para o nosso povo.

Newton Cruz mente e não acredita que poderá ser punido

Mesmo forçado a depor no inquérito que apura o chamado "caso Baumgarten", o ex-chefe da Agência Central do SNI, general Newton Cruz, mostra que não está disposto a abandonar sua habitual prepotência. Mentiu sem maiores constrangimentos e parece convicto de que ainda desfruta da impunidade garantida pelo velho regime.

No depoimento que prestou ao delegado Ivan Vasques, responsável pelo inquérito, o general Newton Cruz procurou negar a vinculação existente entre o SNI, o jornalista Alexandre von Baumgarten e a revista **O Cruzeiro**, merecendo o seguinte comentário do promotor Junqueira Ayres: "Conseguem-se provas num processo não apenas com as verdades dos depoentes, mas com suas próprias mentiras".

MENTIRAS

De fato, durante as respostas o general não se preocupou muito em encobrir mentiras. Esqueceu-se, por exemplo, de que suas declarações à polícia fluminense contrastam com a entrevista que concedeu ao jornal **Correio Braziliense** em janeiro de 1983, quando admitiu que agentes do SNI foram mobilizados em todo o país para angariar recursos publicitários junto a empresas públicas e privadas a fim de sustentar a revista **O Cruzeiro**. Agiram, disse então Newton Cruz, conforme recomendações e diretrizes suas.

Também em outras ocasiões ele deixou clara a ligação existente entre o SNI, Baumgarten e a revista **O Cruzeiro**. Em abril de 1983 descobriu-se que, sete dias antes de ser assassinado, Alexandre von Baumgarten recebeu um telefonema de um agente do SNI no Rio (gravado pela secretária eletrônica). O próprio Newton Cruz apressou-se em vir a público esclarecer que os recados do "Serviço" ao jornalista "foram transmitidos pelo capitão-de-mar-e-guerra (da reserva remunerada) Antônio Júlio Vieira, do SNI, no mesmo contexto de atividade profissional a que se entregaram os servidores do SNI a que aludo na entrevista ao jornal **Correio Braziliense**". E acrescentou: "Procurava o comandante Vieira dar continuidade a entendimentos para a divulgação pela revista **O Cruzeiro** de reportagem sobre fatos positivos relacionados com a Polícia do Rio de Janeiro e o comportamento de policiais militares".

ENVOLVIMENTO ILEGAL

Ele deu esses "esclarecimentos"

UJS quer direito de voto aos 16 anos

A União da Juventude Socialista aprovou na última reunião de sua Coordenação Nacional, e lançará em campanha por todo o país, a reivindicação para que os jovens possam votar a partir dos 16 anos de idade. "Voto aos 16 anos: direito da juventude, direito que conquista", é o lema da campanha.

O coordenador geral da UJS, Aldo Rebelo, assegura que "mesmo antes do lançamento da campanha a reivindicação já ganha repercussão e desperta o interesse dos movimentos progressistas da juventude".

O deputado federal Renan Calheiros (PMDB-AL), membro do Conselho Nacional da UJS, elaborou, a pedido da entidade, uma emenda que modifica o artigo 174 da Constituição, que limita o direito de voto aos maiores de 18 anos. A emenda já colheu o número de assinaturas necessárias para sua leitura, que deverá ser feita imediatamente.

"Aproximadamente 7 milhões de jovens brasileiros têm entre 16 e 18 anos de idade; grande parte desse contingente está incorporado na atividade produtiva, assume responsabilidade com seu próprio sustento, quando não com o de toda a família. Então, se o jovem pode casar, a partir



Newton Cruz: mente, convicto que ficará impune

com o intuito de contestar as afirmações de que o SNI era responsável pela morte do jornalista. Porém, ao mesmo tempo reconheceu o envolvimento ilegal do órgão que dirigia com Baumgarten e a revista **O Cruzeiro** — lançada em setembro de 1979, não custa lembrar, com o propósito de restaurar a desgastada imagem do regime militar.

É evidente que Newton Cruz, sem dúvidas um general de memória curta, andou mentindo. Ele também assegurou não ter influenciado na venda do título de **O Cruzeiro** à Capemi (onde um dos ex-diretores é seu primo) e, posteriormente, para um jornalista que, certamente por mera coincidência, é casado com sua prima. E o ex-chefe da Agência Central do SNI ainda deixou a delegacia dizendo aos jornalistas que vai mesmo sair candidato a deputado federal pelo PDS em 1986.

BILHETE

Fora as "novas" desse general, as investigações realizadas na semana passada não resultaram em grandes revelações. Também prestaram depoimentos à polícia os coronéis Luiz Helvécio Silveira Leite e Olympio de Souza. Este último socorreu Baumgarten em 31 de junho de 1982, quando o jornalista foi vítima de uma injeção venenosa. As declarações dos dois militares só foram divulgadas parcialmente.

A polícia já dispõe de um novo documento que compromete o SNI com o escândalo. Trata-se de um bilhete escrito por Baumgarten no dia 7 de junho de 1982, onde ele conta que sofreu um atentado (a injeção) e afirma: "Quase morri. Se alguma coisa me acontecer, os culpados são os generais Otávio de Aguiar Medeiros e o general Newton Cruz, citados no dossiê **O Cruzeiro**". O general Medeiros, por sinal, ainda não foi ouvido.

FMI cria impasse com governo

O governo Sarney não está disposto a aceitar, em sua totalidade, o recetivário que o FMI pretende impor para o tratamento da economia nacional. Chegou a classificar de "terroristas" as metas apresentadas pela missão do Fundo enviada para vasculhar nossas contas.

Edificado como instrumento do hegemonismo norte-americano, o FMI mantém uma postura de xerife nas transações entre os países endividados e os grandes bancos internacionais. Busca obter todas as concessões desejadas pelo imperialismo, exigindo, conseqüentemente, a adoção de medidas recessivas, com o aprofundamento da miséria e da fome do povo.

OBSTÁCULOS

As negociações foram praticamente suspensas na semana passada. O governo fez saber que o acordo só sairá quando o FMI se convencer de que o país tem um novo regime. Imposições que impliquem em recessão não serão aceitas. Essa posição reflete maior sensibilidade perante os interesses do povo brasileiro, que não quer o pagamento de divi-

das usurárias e espoliadoras, arbitrariamente contraias e lesivas à economia nacional.

O Fundo coloca em questão, de fato, os compromissos assumidos pelo governo da Nova República em promover "o processo de crescimento econômico". A incompatibilidade é evidente: ou o Brasil dá um basta à espoliação imperialista ou o país continuará afundado na miséria.

O governo admite a relação direta entre a dívida externa e as dificuldades econômicas. O ministro do Planejamento, João Sayad, afirmou no "Plano Nacional de Desenvolvimento" que os problemas da economia brasileira apresentam uma relação múltipla e circular. Boa parte do déficit público no presente é causada pelos juros da dívida externa con-

traída no passado; emitir moeda para cobrir o déficit causa inflação... Dívida externa, inflação, juros e déficit estão, assim, perversamente correlacionados num círculo vicioso".

Esta relação circular obviamente é do conhecimento dos banqueiros imperialistas. Mas a receita que o FMI procura impor prevê o pagamento dos 11,1 bilhões de dólares de juros neste ano (além de outras obrigações relacionadas com a dívida externa), bem como exige que se continue dispensando um tratamento amável ao capital estrangeiro investido no país, o que exige o aprofundamento da recessão e, conseqüentemente, do desemprego, por meio de cortes nos gastos públicos e aumentos de impostos.

As imposições do Fundo não param aí. Visam ainda reescalonar a dívida com base nos acordos firmados na época do regime militar, que, como se sabe, são profundamente lesivos aos interesses nacionais. Vale lem-

brar que, conforme apurou a CPI da Dívida Externa, o acordo que coloca o Tesouro Nacional como garantidor das obrigações externas dispõe, em termos jurídicos, entre outras coisas, que "o Brasil renuncia a qualquer direito de alegar questões de soberania na discussão do acordo e conseqüentemente, à imunidade jurisdicional". Diz ainda que "o Brasil aceita o foro judicial de Nova Iorque e de Londres para a discussão e julgamento do acordo". Nas pendências, o voto de minerva cabe a um membro da Ordem dos Advogados de Nova Iorque!

Vê-se assim que o regime militar abriu mão da soberania nacional. É isso, em essência, que o FMI pretende conservar. É positiva a resistência oposta pelo governo Sarney. Acentua-se, neste momento, a necessidade da união e luta do povo e das forças democráticas e progressistas do Brasil para vencer as imposições imperialistas. (Agenor da Silva)

Política míope provoca debandada do PT



Airton fez duras críticas à estrelteza petista

Em São Paulo, um deputado federal (Airton Soares), dois deputados estaduais (Marco Aurélio Ribeiro e Sérgio dos Santos), dois vereadores (Cláudio Simões Araújo, de Taubaté, e Paulo Chaves, de Limeira) abandonaram o PT e ingressaram no PMDB. Na festa-comício, realizada na sede regional do PMDB, compareceram ainda o deputado maranhense Freitas Diniz e o candidato petista ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Lysâneas Maciel, que devem provavelmente deixar o PT nos próximos dias.

O esvaziamento do partido de Lula é conseqüência

direta de sua política míope, contrária ao movimento democrático em curso no país e de sabotagem da Nova República.

Agora, ao se aproximarem as eleições municipais, o PT, longe de corrigir o rumo, trata de estabelecer alianças com forças interessadas em desestabilizar o governo, a serviço de interesses de grupo, fazendo, na prática, o jogo da direita.

Assim é que no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Recife, e mesmo em São Paulo, a tendência dos petistas é de realizar coligações com o PDT do sr. Leonel Brizola.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Manobra contra os comunistas

As classes dominantes tiveram que aceitar, embora a contragosto e com restrições, o restabelecimento da liberdade de organização partidária no país — em particular o direito de legalidade para os comunistas. Mas agora, apoiando-se em sua enorme experiência política, tratam de dar a volta por cima, tentando apresentar como comunistas os que renegaram a causa do proletariado em favor de simples reformas do capitalismo.

PREFERÊNCIA BURGUESA

Exemplo flagrante disto foi a pesquisa forjada no último domingo pela "Folha de S. Paulo", visando dar aos revisionistas de Giocondo Dias um prestígio que não corresponde à realidade. Na pesquisa os entrevistados são induzidos a responder o que interessa ao entrevistador. O próprio jornal diz que existe uma disputa política em torno de que partido representa de fato a classe operária, se o PC Brasileiro, de Giocondo, ou se o Partido Comunista do Brasil. Mas ao fazer as perguntas, o jornal fala apenas no "Brasileiro", e genericamente: "o senhor votaria num candidato deste partido?", sem explicar mais nada.

No fundo, o que está por trás disto é a preferência da burguesia: "Se tem que ser, que seja pelo menos este, que tem o nome de comunista mas a perspectiva reformista e não revolucionária". O próprio Giocondo, no desenrolar de uma entrevista de página inteira, nesta mesma edição do jornal, esclarece que luta apenas contra "os aspectos nocivos do capitalismo". E ainda assim sente-se na obrigação de esclarecer que imagina o socialismo como um projeto para bem longe. Enquanto isto os operários têm que se conformar com o "lado bom" do capitalismo!

DISPUTA ACIRRADA

É importante aos operários conscientizarem tomarem conhecimento destas tramóias. Com o direito à legalidade, é de se esperar que se esclareçam os motivos da criação de dois, e até mais, partidos que se denominam comunistas. E pode ser que, para atrair, haja tentativas de colocar esta luta, eminentemente política, no terreno jurídico. A "pesquisa" da "Folha", ao falar em um só, como sendo o que existe e é conhecido, já vai tratando de fornecer munição para os defensores do "lado positivo" do capitalismo. De qualquer forma, no mínimo, as classes dominantes tentarão ampliar a confusão pelo maior tempo possível.

Já em 1945, quando o Partido Comunista conquistou um curto período de legalidade de aproximadamente dois anos, no qual obteve grandes êxitos eleitorais e no terreno sindical, a burguesia apressou-se a criar o PTB, com o intuito declarado de desviar a classe operária de seu partido. Mas como isto não foi suficiente, em 1947 Dutra recorreu à força bruta cassando o registro dos comunistas.

DESVIAR A ATENÇÃO

Agora, além do PTB, já inteiramente desmoralizado, existem vários outros grupos tentando desviar a atenção dos trabalhadores. E a partir de 1961-62, passou a existir inclusive um partido de idéias burguesas mas com nome de comunista, encabeçado por Prestes e Giocondo Dias, para combater o Partido Comunista do Brasil. E daí para frente uma enorme variedade de siglas de partidos, PCBR, PCR, PRC, POC, etc, foram brotando, todos na vã tentativa de substituir o marxismo-leninismo por teorias oportunistas e com elas ludibriar os trabalhadores. Cada um deles, a seu modo, tratava de combater "pontos nocivos do capitalismo", para salvar a sua essência e, ao mesmo tempo, de "retocar" a ciência do proletariado, para liquidar o seu conteúdo de classe e o seu caráter revolucionário. (Rogério Lustosa)

Comércio com a saúde desmantela a Previdência

A Previdência Social — o segundo maior orçamento do país, só superado pela Petrobrás — está mal de saúde. Este órgão estatal, já debilitado pela crise econômica, sofre uma sangria insuportável através das constantes fraudes. Agora, o novo ministro Waldir Pires prometeu punir "exemplarmente" os culpados pela roubo e disse que haverá mudanças em seu modelo. Realmente há necessidade de uma transformação profunda na atuação da Previdência, para que deixe de ser um intermediário para os lucros das empresas privadas da área da saúde.

Mais de 100 milhões de brasileiros dependem da assistência da Previdência Social, seja na prestação dos serviços médicos ou no recebimento de aposentadorias e pensões. Para atender a todo este leque assistencial, o Ministério da Previdência e Assistência Social contava com um fantástico orçamento de Cr\$ 57,2 trilhões em janeiro deste ano, reajustado para Cr\$ 68 trilhões após a posse do ministro Waldir Pires, em março último.

O novo ministro da Previdência Social deixou claro que pretende enfrentar de imediato uma doença que vitimou o órgão nos últimos 20 anos: a fraude. No rol dos ladrões figuram nomes que vão desde um filho do general Golbery do Couto e Silva até donos de hospitais, que até o momento não foram punidos por seus crimes. O descalabro atingiu tal magnitude que Pires recomendou punir exemplarmente "os culpados pelas fraudes contra o Inamps" e, depois de julgados, sequestrar seus bens através de ação cível.

Waldir Pires também diz que pretende mudar o modelo previdenciário vigente até agora, fazendo alterações profundas. Há tempos que medidas corajosas precisam ser tomadas para recuperar este gigante combatido. Um primeiro passo neste sentido foi dado no último dia 31, quando vários sindicalistas foram convidados para um encontro com o ministro, em Brasília. Este fato vem quebrar uma prática do governo militar de não ouvir os representantes dos trabalhadores, responsáveis pela maior parte das contribuições da Previdência Social. Até o assento que tinham na direção deste órgão foi perdido pelos trabalhadores após o golpe de 64. Waldir Pires realçou aos sindicalistas três pontos de sua proposta de trabalho: combater as fraudes, melhorar o atendimento aos segurados e a volta da representação trabalhista na direção da entidade.

Brasil: um país doente e onde se privilegia o lucro na saúde

O governo da Nova República necessita tomar providências energéticas se quer, de fato, solucionar os problemas mais sérios que afligem a saúde dos brasileiros. O Brasil é um dos campeões mundiais em doenças que poderiam ser evitadas, tais como parasitismo, subnutrição, cáries, apesar de ter uma rede de 6.110 hospitais, número quase igual ao dos Estados Unidos. Este paradoxo está ligado ao modelo concentrador de renda, aprimorado no país pelos generais, que faz com que uma pequena elite tenha à disposição hospitais com as aparelhagens mais sofisticadas do mundo, enquanto crianças morrem nas periferias das grandes cidades por falta de ambulatórios médicos.

Nas duas últimas décadas o número de contribuintes da Previdência Social sofreu um salto considerável. De 18 milhões de pessoas seguradas e dependentes em 1963, atingiu-se 105 milhões em 1981. A quase totalidade da população urbana e parte da rural passaram a ter, teoricamente, acesso aos direitos da Previdência.

Por incrível que pareça, o maior beneficiário desta expansão previdenciária foi a iniciativa privada. O Estado, através da Previdência Social, serviu como um regulador do mercado de produção e consumo dos serviços de saúde, favorecendo a prática médica voltada para o lucro. Hoje 90% dos serviços médicos prestados no país estão diretamente ou indiretamente ligados ao Instituto Nacional de Assistência



Hoje, 90% dos serviços médicos prestados à população dependem do Inamps, que privilegia a iniciativa privada

Distribuição dos recursos do Inamps

Tipo de Serviço	Sistema prestador							
	Próprios (%)	Convênios órgãos Governo (%)	Convênio MEC/MPAS (%)	Convênios rurais (%)	Convênios sindicatos urbanos (%)	Convênios empresas (%)	Hospitais contratados (%)	Credenciamento Ambulatorial (%)
Consultas médico-odontológicas	26,4	13,0	1,9	12,8	5,8	9,1	—	29,5
Internações hospitalares	1,6	4,3	1,4	18,3	—	3,8	69,7	—
Serviço de diagnóstico e terapia	16,1	20,4	1,5	6,4	1,0	8,4	—	45
Recursos consumidos*	18,5	4,7	2,2	6,5	2,6	3,5	40	16

Fonte: Conasp, agosto de 1982.
* % do dispêndio total do Inamps.
Não foram incluídos no quadro os dispêndios com serviços prestados a beneficiários da patronal e aos acidentados no trabalho.
Nesta tabela ficaram evidenciados os privilégios concedidos pela Previdência Social à medicina empresarial, que consome 59,5% dos gastos do Inamps com serviços de saúde, enquanto os gastos com serviços públicos não ultrapassam 25,4%. (Em negrito os números da medicina privada).

Médica da Previdência Social (Inamps). Cerca de 80% dos serviços oferecidos pelo Inamps são contratados por terceiros.

Hospitais lucram com o Inamps e de quebra ainda tem as fraudes

A partir da década de 70 a saúde se tornou um ótimo "negócio" para o empresário. Não faltavam clientes, o serviço era garantido pelo Estado e, de quebra, havia a possibilidade da fraude. De 1975 em diante foi aberto crédito de financiamento para hospitais junto ao Fundo de Assistência Social (FAS), cujos proprietários só começariam a pagar depois de pronto o estabelecimento, com juros baixíssimos. E o Inamps ainda oferecia a garantia de contrato.

Atualmente o Inamps possui apenas 41 hospitais próprios — com uma grande ociosidade de leitos — e mantém convênios com 3.565 hospitais da rede privada. O Estado paga pelos serviços hospitalares prestados através de AIH — Autorização de Internação Hospitalar —, sistema adotado em fins de 1983 e que se mostrou totalmente vulnerável a falsificações. No ano passado foram descobertas empresas especializadas em fraudar o Inamps através da AIH.

Paralelamente a isto, se expandiu um complexo médico-industrial nas áreas de medicamentos e de equipamentos médicos, dominadas por empresas multinacionais. Hoje, somos o oitavo maior consumidor de medicamentos do mundo, cujas empresas faturam cerca de 2 bilhões de dólares anuais. Estes grandes laboratórios, controlados por grupos estrangeiros, atuam livremente, inclusive fazem grandes pressões para barrar qualquer avanço estatal nesta área, principalmente da Central de Medicamentos (Ceme).

O favorecimento acintoso da iniciativa privada na área médica fez com que a Política Nacional de Saúde privilegiasse a prática curativa, individual e assistencialista, em detrimento de medidas de saúde de caráter preventivo e de interesse coletivo. Houve uma inversão nas prioridades do governo nesta questão nas últimas décadas. Em 1949,

os serviços curativos recebiam 12,9% dos gastos totais do setor; em 1982 esta proporção atingia 84,2%. O Ministério da Saúde — responsável pela ação preventiva na área da saúde — recebe uma ínfima parte do orçamento da nação: não atingiu nem 2% do total dos gastos federais em 1985, ou seja, Cr\$ 1,7 trilhão. Isto significa que doenças que já poderiam estar debeladas, tais como a febre amarela, malária, esquistossomose, doença de Chagas, continuam matando milhares de brasileiros todos os anos.

Patrões sempre dão o calote na Previdência e não são punidos

De onde provém todo o dinheiro que faz funcionar a máquina previdenciária? Seu custeio é feito por contribuições compulsórias incidentes sobre a folha de salários das empresas urbanas e por contribuições sobre salários dos empregados, remuneração de empregadores, autônomos, avulsos, domésticos e outros. A contribuição da União é pequena: de 1971 a 1982, por exemplo, foi em média de 7%.

As contribuições incidentes sobre os salários representam 90% dos recursos do Sistema Previdenciário. Teoricamente a contribuição dos empregados e empregadores deveria ser equivalente. Mas na prática tal não acontece. Cada trabalhador tem descontado antecipadamente entre 8,5% a 10% dos seus salários para a Previdência Social. Os patrões, por sua vez, transformaram em praxe a sonegação previdenciária. Isso foi facilitado por uma política complacente do governo a estes devedores, concedendo enormes facilidades para a quitação de seus débitos ou mesmo anistiando as dívidas.

A crise econômica, com seus efeitos, como o aumento do desemprego ou a política do arrocho salarial, afeta diretamente a receita previdenciária. Mas os maiores responsáveis pelo rombo nos seus orçamentos — que só neste ano deverá estar em torno de Cr\$ 8 trilhões — são a política de favorecimento à medicina empresarial e as gigantescas fraudes. A despesa da Previdência está di-

vidida basicamente em dois blocos: benefícios em dinheiro e assistência médica. Apesar do primeiro item ser o responsável pela maior parte dos gastos previdenciários, os seus valores, individualmente, são irrisórios. Em média, 65% dos benefícios prestados estão abaixo de um salário-mínimo; 780 mil aposentados por invalidez ganham menos de 40% do salário-mínimo. Na zona rural a situação é pior. Os aposentados por velhice ou invalidez recebem apenas meio salário-mínimo. No campo não existe aposentadoria por tempo de serviço.

A política dos generais para combater os déficits da assistência previdenciária sempre vinha no sentido de penalizar mais os trabalhadores, nunca incomodando os fraudadores. Em 1981, no "Pacote da Previdência", Figueiredo aumentou o valor dos descontos do contribuinte, que passou de 8% para uma escala de 8,5 a 10%, de acordo com a faixa salarial; diminuiu o valor dos benefícios dos aposentados e fez restrições à prestação de assistência médica. Mais tarde tentou acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, só não consumando tal intento devido à grande reação dos setores populares.

Sindicatos devem entrar na briga contra iniciativa privada na saúde

Até agora o governo administrou essa quantia fabulosa da Previdência Social de acordo com as pressões da iniciativa privada e nunca ouvindo os trabalhadores, os maiores interessados. Os assalariados têm o direito de fiscalizar o seu dinheiro e opinar a respeito dos novos rumos que deve tomar a Previdência.

Ao se mexer na atual estrutura previdenciária — fonte de elevados lucros para a iniciativa privada — o ministério sofrerá as pressões dos grandes empresários do setor médico-hospitalar e farmacêutico. Os sindicatos e setores populares terão um papel importante ao entrar nesta briga para oferecer aos brasileiros o direito a uma vida mais digna e saudável. (Domingos de Abreu)

DE OLHO NO LANCE

Decreto nocivo

Sem muita publicidade, foi assinado no último dia 31 de maio um decreto presidencial abrindo a participação de firmas estrangeiras nos projetos de aerolevante do território nacional. Há longo tempo que o governo norte-americano vem pressionando para obter esta concessão. E recentemente o capital estrangeiro condicionou um financiamento de quase 60 milhões de dólares para o desenvolvimento do Nordeste a alterações na legislação sobre o assunto.

É de se estranhar que tal medida, contrária aos interesses nacionais e de capitulação ainda maior ao domínio do imperialismo sobre o Brasil, seja decidida em pleno desenvolvimento da Nova República, que por pressão dos democratas, patriotas e trabalhadores deve defender a soberania do país e condenar o entreguismo praticado pelos generais durante os 21 anos de ditadura.

As entidades populares e democráticas, os parlamentares progressistas devem unir suas forças para repudiar tal iniciativa e promover as ações necessárias a sua imediata revogação. O levantamento aerofotogramétrico tem consequências diretas na proteção das riquezas naturais do país e mesmo na estratégia militar na defesa da pátria.

Devastaram a Serra do Mar



Cubatão, uma das cidades mais poluídas do mundo, pode ser local de novas tragédias

O tombamento da Serra do Mar, dia 6 de junho em São Paulo, foi uma primeira medida "para evitar o pior", como disse o governador Montoro, referindo-se aos deslizamentos de terra nos morros atrás do parque industrial de Cubatão. Com o tombamento, fica proibido o desmatamento, a devastação e a destruição da natureza na Serra do Mar em São Paulo.

Durante as últimas semanas o país todo, principalmente o povo de Cubatão, acompanha estarecido a divulgação de um documento da Cetesb (companhia de saneamento paulista), de 1981, sobre a situação da Serra do Mar. O documento, baseado em análises da vegetação, terra, água, índice pluviométrico e poluição da Serra, levanta a possibilidade de deslizamentos catastróficos em um trecho de cerca de 60 Km².

Um desastre de proporções alarmantes, pois na área estão indústrias químicas, siderúrgicas e petroquímicas, com seus tanques de armazenamentos e dutos. Nesses tanques e dutos ficam gases e líquidos de fácil combustão, como gasolina, querosene, benzeno, e produtos letais, como o propano e o eteno.

Desde a época em que o documento foi elaborado, 1981, até o presente, nenhuma medida havia sido tomada para prevenir ou minimizar os efeitos dessa catástrofe. Entre janeiro e fevereiro deste ano, logo após as chuvas normais do período, já ocorreram centenas de escorregamentos. Em consequência dos danos causados, a estrada velha de Santos não será mais reativada. A ponte ferroviária interrompeu o transporte de passageiros. Material de barramento, com árvores, troncos secos e pedras, desceu ao leito do rio Mogi, desviando seu curso e provocando enchentes na Vila Parisi.

BUSCA DO LIVRO

O documento da Cetesb denuncia que a imensidão de partículas poluidoras despejadas diariamente no ar envenena plantas e árvores. Muitos elementos químicos estão concentrados na terra, esterelizando-a. Sem as raízes dos vegetais para manter a terra em suas malhas, não há nada que impeça seu desprendimento para rolar serra abaixo. A poluição concentra-se nos picos das montanhas, raramente visíveis devido ao acúmulo de nuvens poluentes. Por isso, são os picos das montanhas os mais atingidos.

A falta de planejamento e a ânsia voraz de lucros nesta área nobre mostram do que são capazes os capitalistas para aumentar suas riquezas. A luta da população do litoral, neste momento, concentra-se na tentativa de minimizar a catástrofe, já que o deslizamento é impossível de ser contido. Além disso, exige-se a punição dos que incentivaram essa agressão à natureza. (Agnês Soares de Mesquita)

Baixada se mobiliza

No dia 5, cerca de 600 pessoas participaram de um debate sobre a situação crítica da Serra do Mar, convocado por várias entidades na Faculdade Santa Cecília, Santos. O objetivo era mobilizar a população e organizá-la na defesa de suas condições de vida. O povo da Baixada Santista quer ser ouvido na tomada de decisões sobre o assunto.

Como disse bem um dos oradores no debate, "não podemos nos tranquilizar com técnicos e governo resolvendo os problemas. Basta lembrar que, apesar da eleição do atual governador ter sido em 1982, somente neste ano de 85 é que o problema emerge de maneira tão drástica. Não há nada que substitua o povo consciente e organizado em sua luta".

Muito embora todos reconheçam que as indústrias poluidoras instalaram-se sem o aval da população e sob o tacão do regime militar, agora que se conquistou uma maior liberdade isso deve ser barrado.

O representante da subcomissão de meio ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, Fábio Feldman, foi muito aplaudido ao afir-

mar: "Não permitiremos a socialização dos custos da recuperação da Serra, já que os lucros advindos da sua destruição pelas indústrias não foram socializados! Vamos oficializar ao ministério público para que sejam responsabilizadas as indústrias pela devastação. Elas que arquem com todas as despesas das soluções a curto, médio e longo prazos".

A resposta popular não se deu somente neste debate. Reuniram-se também os estudantes e os professores para traçar um plano de ação e exigir providências. Um passeio ecológico foi promovido em Cubatão. Durante o Encontro de Municípios Paulistas, houve uma manifestação popular sobre o assunto.

Além disso, foi tirada uma Comissão Central Executiva que vai marcar uma audiência com o governador Montoro, reivindicando: esvaziamento dos dutos de venenos e combustíveis; remoção da população das áreas de maior risco, com a exigência de que o terreno de Vila Parisi não seja aproveitado para expansão de indústrias; e a elaboração de um Plano de Defesa Civil para a Baixada Santista.



Debate na Faculdade Santa Cecília: quem vai pagar pela recuperação da serra?

Indignação na Transamazônica

Voltou a esquentar o conflito na área do Pacal, à margem da Transamazônica, entre Altamira e Itaituba, no Pará. Os moradores, após anos de espera inútil, marcaram uma assembléia para este domingo, dia 16. São 200 famílias de lavradores com a produção de cana apodrecendo no chão e 290 operários sem trabalho na usina do Pacal, parada desde 1983.

Naquele ano, em 22 de maio, todos os jornais noticiaram a obstrução da Transamazônica pelos trabalhadores do Pacal (Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln). O protesto era contra o fechamento e abandono da usina-destiladora local pelo grupo capitalista Carneiro da Cunha Nóbrega, de Pernambuco, que deixara de pagar a cana dos fornecedores e os salários dos operários. A única resposta foi o ataque bestial da Polícia de Choque do Estado, que espancou, prendeu e usou como réus até o bispo do Xingu, dom Erwin Kreutler, e o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica (Asfort), Francisco Aguiar.

Passaram-se dois anos. O dinheiro que a empresa deve aos trabalhadores, a preços atuais, chega à casa dos Cr\$ 50 bilhões. No entanto nada foi pago, exceto uma quantia limitada, em setembro de 1983.

ABANDONO E ATÉ FERAS

A região do Pacal, cuja economia gravita toda em torno do projeto, ficou estagnada. A lavoura apodrece, não há emprego nem assistência do governo. O atendimento médico é precário, faltam escolas e da estrada nem



Fornecedores e operários do Pacal: após três anos de espera, nova mobilização

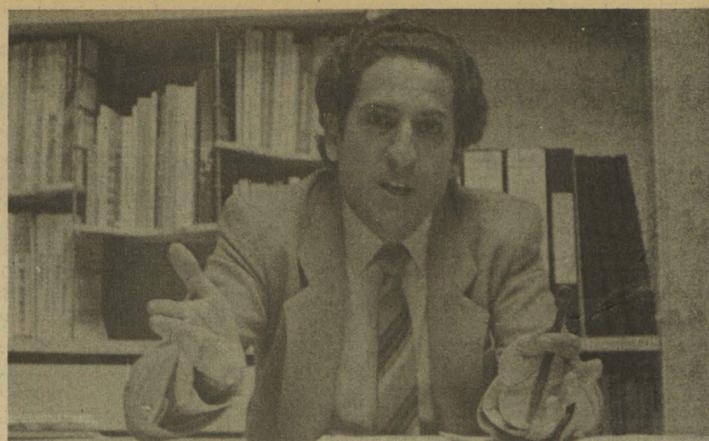
se fala, pois a Transamazônica é um inferno. Até feras ameaçam os moradores, que já fizeram uma verdadeira maratona pelos órgãos oficiais, tentando uma solução negociada, mas só conseguiram promessas.

Francisco Aguiar, presidente da Asfort, expôs à TO como está a situação: "No aspecto econômico, com a obstrução do projeto, além do Norte ter que consumir açúcar e álcool vindos de regiões distantes, o Estado do Pará perde em cada safra Cr\$ 2 bilhões de ICM. No aspecto político, temos sofrido com distorções propositais, além de instituições como a Igreja serem perseguidas por se colocarem ao lado do trabalhador rural."

Já a doutora Marília Carneiro, advogada dos operários, informou à TO: "Em fevereiro de 82 entramos na

justiça com reclamação trabalhista e fomos vitoriosos, mas o pagamento até hoje não foi efetuado. Como forma de direcionar a luta foi então fundada, em 2 de junho de 1985, a Associação dos Servidores do Pacal (ASPA), uma entidade civil que conjuga não só os operários mas também outros moradores da área do Pacal."

Hoje, há sinais de que se esgotou a paciência das vítimas desse gigantesco calote patronal. Os trabalhadores comentam que "eles dizem que é para ter paciência, pois tem somente 60 dias de governo, mas nós não estamos sendo enrolados há três anos?". Assim, acredita-se que a assembléia dos operários e fornecedores dia 16 tome medidas enérgicas em favor da reabertura da usina e do pagamento do dinheiro.



O deputado Lazarini denuncia: seis dos "12 sujos" são vendidos no Brasil

Agrotóxicos envenenam 270 lavradores por dia

A cada dia, 270 lavradores e um número incalculável de consumidores brasileiros são envenenados por agrotóxicos, vendidos por multinacionais que faturam 600 milhões de dólares-ano neste comércio macabro. A denúncia é do deputado estadual e engenheiro agrônomo Walter Lazarini (PMDB-SP), ao lançar no Brasil a "campanha mundial contra os 12 sujos".

Os "12 sujos" são agrotóxicos altamente poluentes, em geral proibidos nos seus países de origem mas introduzidos largamente pelas multinacionais nos mercados dos países dependentes.

Segundo Lazarini, seis deles são comercializados livremente no Brasil: Lindane, Eptacloro, Aldrin, Endrin, Gramoxone Paration. O primeiro deles, por exemplo, é potencialmente cancerígeno, pode causar anemia plástica, leucemia, danos nos órgãos reprodutores e depressão nervosa. No entanto, é usado inclusive em hortaliças e frutas, seus resíduos já foram detectados em amostras de leite comercializado em São Paulo e até no leite humano.

Outros produtos tóxicos, embora proibidos no país, são usados mesmo assim. É o caso do 2,4,5-T, um componente do famoso "agente laranja" usado pelo exército americano no Vietnã, que segundo denúncias foi usado recentemente pela Elettronorte nos desmatamentos em Tucuruí.

O dado de 270 envenenamentos por dia, 100 mil por ano, refere-se apenas a agricultores intoxicados diretamente por esses produtos. Só no Paraná, nos sete primeiros meses de 1984, morreram 23 trabalhadores. Os agrotóxicos são vendidos com o nome inocente de "defensivos" e os resultados são tão devastadores que na região paulista de Campinas, segundo levantamentos recentes, um em cada cinco trabalhadores rurais já sofreu intoxicação, de uma a quatro vezes.

VISTOSO MAS COM VENENO

O consumidor é igualmente vítima dos agrotóxicos, embora não haja estatísticas a respeito e "muitas vezes você não correlacione a doença com as causas", como explica Lazarini. "O ponto fundamental — frisa o deputado — é que a população desconhece que está sendo envenenada. Muitas vezes um produto muito vistoso, um tomate por exemplo, é o mais envenenado. É vistoso inclusive porque está envenenado!"

O deputado apresenta como demonstração uma pesquisa do ITAL (Instituto de Tecnologia de Alimentos-SP), com base em 1.128 amostras de alimentos: de 47 produtos e marcas pesquisados, 39 apresentavam amostras contaminadas por agrotóxicos organoclorados, acima do limite tolerado pelo corpo humano (veja a tabela).

Para o deputado, a "alimentação

natural" que entrou em moda ultimamente "é salutar como postura que condena os agrotóxicos e procura alternativas", mas a solução do problema depende de decisões políticas. "A questão é política, é coletiva. É indispensável que se adote medidas de restrição do uso dos agrotóxicos".

O próprio Lazarini é autor de uma lei estadual dos agrotóxicos, em fase de regulamentação. O Rio Grande do Sul e o Paraná também adotaram nos últimos anos legislações mais severas. Porém, a lei federal a respeito, velha de mais de meio século (data de 1934) deixa o terreno livre para as multinacionais. E o general Figueiredo, pouco antes de deixar a Presidência, enviou ao Congresso um projeto de nova lei também ditado pelos interesses do capital estrangeiro, para anular os avanços das leis estaduais. Em resposta, a Federação dos Agrônomos do Brasil encaminhou, através do então senador Pedro Simon (hoje, por coincidência, ministro da Agricultura) um projeto alternativo restringindo a ação das multinacionais, com boas chances de ser aprovado.

A pesquisa do ITAL mostra a porcentagem de amostras de cada produto que revelaram índices de contaminação com agrotóxicos inaceitáveis para o organismo humano.

Produto	Marca	Amostras Contaminadas
Margarina	Claydon	71%
	Delicia Doriana	33%
Óleo de arroz girassol e milho	Brejeiro	88%
	Zilo	100%
	Gilda	42%
Óleo de soja	Mazzola	25%
	Minasa	100%
Farinha de trigo	Lisa Primor	75%
	Violeta	83%
Farinha de milho	Lili	4%
	Sol Tosca	25%
Leite	Mocca	33%
	Ninho	12%
Manteiga	Catupiry	67%
	Leco Paulista	92%
Queijo	Almeida	29%
	Cristalino	29%
Linguça	Queijo Bom	17%
	Perdigão	63%
Presunto	Sadia Wilson	88%
	Sadia Wilson	92%
Salsicha	Lavillette	58%
	Swift Wilson	79%
Arroz	Wilson	63%
	Éder Sadia Wilson	92%
Feijão	Dalta	8%
	Caroquinha Jalo Rosinha	21%
	Jalo Rosinha	4%
		63%

Camponeses não dormem

O movimento camponês da Bahia já começou a discutir organizadamente um plano de aplicação da reforma agrária no Estado. O debate foi deflagrado sábado, dia 8, no auditório da Fetag-BA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), com a participação de um representante do Incra.

As entidades presentes, mesmo considerando tímido o plano apresentado pelo governo José Sarney, elogiaram a iniciativa de buscar soluções para o problema fundiário. O presidente do Ceata (Centro de Estudos e Apoio ao Traba-

hador Agrícola), Arthur de Paula, assinalou que desde a divulgação do plano, apesar de suas limitações, "o ministro Nelson Ribeiro e o presidente Sarney vêm sendo alvos de ataques dos fazendeiros e parlamentares comprometidos com a preservação do latifúndio".

A reunião decidiu formar uma Comissão Estadual, coordenada pela Fetag, e comissões regionais ou municipais, com os Sindicatos e outras entidades, para dentro de 90 dias entregar ao Incra um levantamento das áreas de conflito e das terras passíveis de desapropriação.

Um êxito do movimento negro

Realizou-se entre os dias 6 e 9, em Salvador, o 5º Encontro dos Negros do Norte e Nordeste, registrando um importante avanço em relação aos encontros anteriores, tanto pelo número de participantes como pela qualidade e atualidade da discussão. Participaram delegações da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará e o tema central foi "Comunidade negra: terra, poder e realidade". Frisando a necessidade de participação na movimentação política em curso no país.

A reunião definiu-se pela participação

organizada do movimento negro em todos os estágios da luta pela Assembléia Constituinte livre e soberana, aconselhando a formação de comitês pró-Constituinte em cada Estado, a realização de encontros estaduais e uma ampla campanha. Foi discutida também a questão da África do Sul e Namíbia, onde a população negra é vítima da política genocida do apartheid.

O encontro realizou também um painel sobre os 150 anos da revolta dos escravos malês, em Salvador. (da sucursal)

Centro de Documentação e Informação Fundação Maurício Grabois



Aproximadamente 1500 bancários de todo o país participaram do Encontro no Rio

Encontro de bancários no Rio unifica luta salarial

Realizou-se no anfiteatro de convenções do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, dias 8 e 9 de junho, o XI Encontro Nacional dos Bancários. Participaram 116 sindicatos (de um total nacional de 129) e todas as 11 federações do país. Um aspecto importante do Encontro foi que a categoria participou com direito a voz e voto, superando o regime interno antidemocrático imposto pela Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito).

O Encontro teve êxito no seu principal objetivo: unificar as reivindicações da categoria a nível nacional, bem como sua organização e atividades reivindicatórias. No passado foi tentada a unificação nacional da categoria, sem obter êxitos. Em 1983 deram-se alguns passos iniciais. No ano passado houve maiores progressos, pois, em função da unidade conquistou-se 100% do INPC sobre todas as faixas salariais, mas ainda não foi possível conduzir a campanha unificadamente até a assinatura do acordo. Cada sindicato ou federação assinou o acordo em separado.

Esse ano as expectativas são

muito promissoras, pois a categoria há dois meses se mobiliza em diversos pontos do país pelo reajuste trimestral dos salários. É uma situação inédita, pois a data base da categoria é 1º de setembro. A movimentação nas bases bancárias foi tamanha que os banqueiros cederam em parte, concedendo uma antecipação de 25% a partir de julho. Outro fator de grande importância é que este ano os 120 mil funcionários do Banco do Brasil participaram juntos da campanha, reforçando-a com sua maior organização.

BANCÁRIO PASSA FOME

Muitos imaginam que o bancário ganha bem. Mal sabem que mais de um terço da categoria (200 mil bancários) recebem o piso salarial, que gira em torno de Cr\$ 500 mil. De 1981 a 1984 os salários foram ainda mais arrojados, particularmente após os decretos 2012/2045 e 2065. Enquanto isso os banqueiros obtiveram lucros de 5.585%, bem acima da inflação, que neste mesmo período chegou a 3.247,8%. A exploração da categoria aumentou também através da intensificação enor-

me do ritmo de trabalho e pela automatização bancária, onde foram investidas somas vultuosas.

BANDEIRAS DE LUTA

Com todo esse quadro, os bancários reunidos decidiram lutar prioritariamente por: estabilidade no emprego; reajuste trimestral; reposição das perdas (não ao desconto dos 25% em setembro e outubro); piso salarial acima do INPC do período; gratificação semestral; fim do trabalho gratuito e respeito pela jornada de 30 horas semanais e reconhecimento das Comissões de Banco.

Para conquistar tais bandeiras os bancários realizarão assembleias, passeatas, atos públicos, enquanto um comissão de 13 entidades, sob a coordenação da Contec, negociará com os banqueiros nacionalmente. Se até o dia 31 de agosto os banqueiros não aceitarem as nossas reivindicações, a categoria poderá ir à greve nacional. (Alvaro Gomes, secretário-geral do Sindicato dos Bancários da Bahia e Odair S. Soares (Faísca), ativista do Sindicato dos Bancários de São Paulo)

Trabalhadores se unem contra o entreguismo na indústria naval

Trabalhadores de diversas categorias se manifestam contra a desnacionalização da indústria naval e da marinha mercante brasileira. Dia 21 haverá uma passeata pelo centro do Rio de Janeiro, convocada por uma comissão unitária, composta por sindicatos filiados à Conclat e à CUT.

A situação hoje destes dois setores é dramática. Cerca de 80% do comércio externo brasileiro é transportado por navios estrangeiros. Mesmo nas companhias de navegação nacionais, a maior parte da frota é composta por navios fretados do exterior, ou seja, alugados. Enquanto o Brasil gastava em torno de 4 bilhões de dólares por ano em afretamento de embarcações estrangeiras, o governo Figueiredo desativava progressivamente a indústria naval nacional, acatando exigências do FMI.

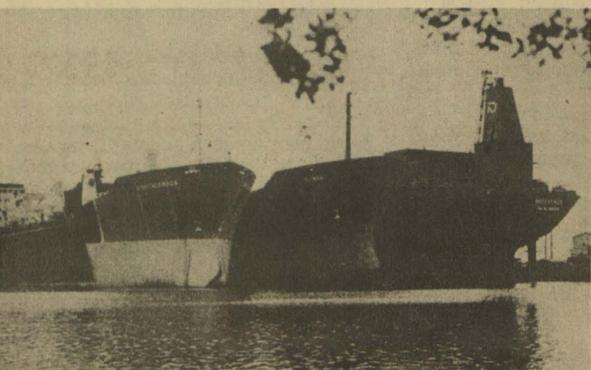
DEMISSÕES EM MASSA

O peso desse entreguismo desenfreado caiu, principalmente, sobre os ombros da classe operária. Dos 40 mil trabalhadores que havia nos estaleiros, em 1979, hoje sobram apenas 20 mil — quase todos

concentrados no Rio de Janeiro. E sobre estes ainda pesa a ameaça do desemprego. O estaleiro Mauá, de Niterói, já diminuiu seu contingente de trabalhadores de 7 mil para 3 mil. O estaleiro Caneco, que hoje só emprega 3 mil operários, já anunciou que vai demitir mais 900 se não forem liberadas novas encomendas.

Mesmo com a posse do novo governo, os ventos de mudança ainda não atingiram o setor. "A Nova República ainda não chegou ao Ministério dos Transportes no tocante à indústria naval e à marinha mercante", explica o presidente da Confederação dos Trabalhadores Marítimos, Aéreos e Fluviais, Rômulo. Por isso, os sindicatos e federações dos trabalhadores metalúrgicos, marítimos, portuários, estivadores, engenheiros e o secretariado das estatais lançaram o movimento em defesa da indústria naval e da marinha mercante. Atuando de forma unitária e independente, os trabalhadores prevêem uma gigantesca manifestação patriótica para o dia 21.

(da sucursal)



Estaleiro Emaq: salários atrasados levam operários à greve

Emaq entra em greve

Os operários do Estaleiro Emaq, na Ilha do Governador, entraram novamente em greve a partir da última terça-feira, 11, contra o atraso no pagamento dos seus salários. Em maio a empresa só liberou 50% do salário. O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro se reuniu várias vezes com a direção da empresa para tentar resolver o problema, mas esta preferiu adiar a questão com promessas e mais promessas. Sem receber um tostão, mais de 700 trabalhadores se reuniram em assembleia na porta do Emaq, no final do expediente do dia 10, e decidiram entrar em greve.

Na madrugada do dia 11 não foi preciso nem usar piquetes, porque a adesão à greve foi total. No ano passado os operários do Emaq já haviam entrado em greve por duas vezes, em função de atraso nos salários. Na ocasião, a direção da empresa demitiu os principais ativistas e os integrantes da Comissão de Fábrica.

A direção do Emaq alega estar enfrentando dificuldades, pois a Cacex ainda não liberou quatro navios contratados e pagos pela Alemanha Ocidental em dólar por falta de cruzeiros para fazer o câmbio. Ironizando esta situação, Valdir Vivente, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, afirmou: "Não tem problema, paga aos operários em dólar mesmo..."

Professores param de Norte a Sul do Brasil

Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás e Minas Gerais. Estados com realidades diferentes, mas com uma luta em comum: a luta dos professores por melhores condições de vida, trabalho e salário. Nos quatro Estados os mestres param as aulas, com o apoio dos alunos, e enfrentam governadores que pressionam e investem contra os grevistas.

O governador gaúcho, Jair Soares, apelou para o autoritarismo e para a intimidação do magistério. "O governo estadual tenta reprimir e esmoecer o ânimo de nosso movimento."

Mas não nos intimidamos e estamos a cada dia mais unidos, fortes e coesos, contando com o apoio dos pais e alunos", afirma Paulo Egon, presidente do Centró dos Professores, diante das ameaças do governo contra o movimento. O governo estadual retirou funções gratificadas de dez professores, entre outras ações repressivas.

Os mestres receberam o apoio à sua luta, além dos pais de alunos, que não enviam seus filhos à escola, da Assembleia Legislativa, que se comprometeu a rejeitar o projeto-lei de Jair Soares fixando o aumento do magistério abaixo da reivindicação da categoria.

LUTA NO PIAUÍ

No Piauí a greve começou

dia 10 de junho. Após 60 dias tentando negociar, os professores decidiram, em assembleia com mais de 600 mestres, parar as aulas. Eles lutam por semestralidade com base no INPC integral; piso de três salários-mínimos; e 13º salário. O governo recusou atender às reivindicações, alegando falta de verbas! São mais de 7 mil grevistas, exigindo que o governo reabra as negociações.

GREVE EM GOIÁS

"O PMDB defende o direito de greve, garantido constitucionalmente, e exercido livremente, mediante deliberação dos interessados, sem proibição de seu exercício por qualquer categoria." Este

princípio do Programa do PMDB não está sendo seguido pelo governo de Goiás. Há um mês os professores paralisaram as aulas, mas o governo não aceita sequer negociar com a categoria.

No dia 11, cerca de 2 mil professores resolveram continuar a greve, por unanimidade, até que sejam atendidas as suas reivindicações. Contam com o apoio de setores do PMDB. O vereador Euler Ivo, de Goiânia, afirma que "o PMDB tem que atender às exigências de mudanças da nação."

E o deputado federal Aldo Arantes reconhece que "o PMDB deve abrir negociações de forma que possibilite uma saída para a situação".

FIM DA GREVE EM MINAS

Após 25 dias de greve, os professores mineiros voltaram às aulas no dia 10 último. A categoria conquistou reajuste acima do INPC; nomeação dos classificados nos concursos de 80 e 81; abono bial e quinquenal para os convocados em 1986; realização de novos concursos, etc.

Apesar das vitórias dos mestres, a posição do governo Hélio Garcia não pode deixar de ser criticada. Afinal, os professores foram ameaçados até de demissões!

(das sucursais)



A assembleia que decidiu a greve dos funcionários da saúde do Estado de São Paulo, em 27 de maio

Profissionais da saúde reivindicam melhorias

Prossegue em São Paulo desde o dia 27 de maio a greve dos servidores da Secretaria da Saúde. Eles têm reivindicações comuns ao funcionalismo, como piso salarial de 2,5 mínimos, 47,7% de reajuste a partir de abril e data base em 1º de maio. Com relação ao setor de saúde, especificamente, os grevistas pedem contratação de funcionários, implantação de carreira multiprofissional, equiparação salarial com os servidores do Inamps e da Prefeitura, adicionais por insalubridade e por distância do local de trabalho para todos os cargos.

A situação dos servidores é, de fato, abaixo da crítica. Como seu reajuste é apenas em julho, ocorre que neste exato momento 70% da categoria recebem menos do que o mínimo vigente! É o caso dos servidores, atendentes, auxiliares de laboratório e escriturários, cujo salário é de Cr\$ 289 mil mensais. Uma auxiliar de enfermagem recebe Cr\$ 561 por

40 horas semanais e uma assistente social Cr\$ 289 mil. Para "sanar" a situação, o governo concede a partir de maio um abono de 25%, não computado depois para o aumento de julho.

A Secretaria da Saúde levou muito tempo para esquentar os motores e compreender que era preciso negociar com os grevistas. Isto criou um caldo de cultura favorável à proliferação de propostas emocionais, pouco saudáveis na condução da greve. Foi o caso da polêmica decisão de boicotar a campanha nacional de vacinação contra poliomielite, tomada por pequena maioria numa assembleia tumultuada com cerca de 8 mil funcionários. Esta medida insuflada pela chamada Libelu serve para enfraquecer o movimento, pois cria antipatia na opinião pública, uma vez que prejudica a população.

Na sexta-feira, dia 14, a categoria volta a discutir a continuidade do movimento. Deve-

se dizer que já obteve uma vitória, com a abertura de negociações com o governo. Este, no entanto, fez propostas vagas de aumento, como um teórico "adicional de insalubridade", cujos critérios não estão absolutamente claros. Os funcionários vão exigir uma proposta decente de ganho salarial. E as correntes mais consequentes propõem a incorporação dos 25% de abono ao salário mais 100% do INPC.

Em Brasília o movimento grevista dos médicos iniciado no dia 4 deve obter vitórias na reivindicação de melhorias salariais, democratização da Fundação Hospitalar e melhores condições de atendimento da população. O governador José Aparecido, que de início tentou apelar e esvaziar o movimento, inclusive com ameaças, voltou atrás. Agora os médicos, com apoio dos residentes e da população estão negociando suas reivindicações, com chances concretas de obter êxito. (Olivia Rangei)

Greve nos cafezais de Araguari

Os trabalhadores rurais, apanhadores de café do município de Araguari, no Triângulo Mineiro, permaneceram durante cinco dias em greve. Eles são 5 mil e lutaram contra as péssimas condições de vida e trabalho de que são vítimas, o baixo salário, a grande exploração a que estão submetidos. Reivindicaram diária de Cr\$ 25 e Cr\$ 40 mil por saca de 60 litros colmados, eliminação dos "gatos", pagamento dos direitos trabalhistas no final da safra e outros direitos.

Grande parte da pauta era composta de direitos garantidos por lei mas não observados pelos cafeicultores, entre outras razões pelo fato de que o Ministério do Trabalho nunca fiscalizou corretamente as irregularidades locais.

Durante a greve, apesar da baixa temperatura, que registrava 10 graus, foram realizados piquetes às 3 horas da madrugada, com os trabalhadores aquecidos por uma fogueira improvisada, um cobertor e às vezes até mesmo uma garra-

fa de cachaca. A paralisação foi praticamente total, o que desnorteou os grandes fazendeiros. Esses apresentaram proposta considerada uma provocação e que inclui até o estabelecimento do piso salarial baseado em 1 salário mínimo — o que equivale a reconhecer que a grande maioria dos trabalhadores ganhava menos. Os trabalhadores estão certos de que, continuando a luta, poderão conquistar seus direitos.

(da sucursal de Uberlândia)

Foto: Edison Ferrari
Congresso da Contag animou os lavradores

Reforma agrária vai esquentar o país

Depois do nosso 4º Congresso, em Brasília, a luta pela reforma agrária vai esquentar em todo o país. O camponês vive esmagado pelo latifúndio e pelo grileiro, que quer concentrar toda a terra. Em Ibirimir, Pernambuco, somos mais de 2.500 posseiros. Não temos título de propriedade, vivemos em péssimas condições — sem assistência médica e sem qualquer ajuda do governo — e os grileiros tentam constantemente invadir as nossas terras. Eles só não nos expulsaram e queimaram nossas roças por que nós resistimos. A

luta é na base da espingarda.

Antes nós tentamos resolver o problema pacificamente. Chegamos até a indenizar o fazendeiro da área. Mas aí apareceu a grileira Rita Gomes, comandante de jagunços, e matou um companheiro nosso — o Josias Paulino, em 1983. Nós pressionamos o delegado de polícia e ele veio até o município. Apontamos os pistoleiros para a polícia, mas ele não fez nada. A partir daí nós mudamos de posição.

Agora nós também usamos a força para ficar nas

nossas terras. Outro dia uns grileiros de Recife, o Reginaldo e o Eneas, queimaram a roça de 17 famílias de posseiros e tomaram 200 hectares de terra. Como resposta, nós ocupamos 1.500 hectares do fazendeiro, fizemos a cerca de arame e, enquanto alguns companheiros plantam em mutirão, outros ficam vigiando, todos com as espingardas de caça na mão. Estas espingardas matam veados e outros bichos, inclusive jagunços de latifundiários. (Domingos José do Nascimento, 36 anos, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirimir, PE)

A luta pela terra tem caráter nacional

Viajei mais de 40 horas para participar do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, mas valeu a pena todo o sacrifício. Meu maior objetivo, como delegado sindical, era aprovar a luta pela reforma agrária em todo o Brasil. Só a reforma agrária vai beneficiar os pobres companheiros do campo. Os trabalhadores brasileiros não têm terra para plantar,

para fazer sua rocinha e tirar seu sustento. A terra está toda na mão dos grandes fazendeiros, dos ricos, que plantam capim e criam gado. Eles não se preocupam com a alimentação do povo, só querem saber de especular com a terra.

Como todos os congressistas, mais de 4 mil, aprovaram a luta pela reforma agrária, saí satisfeito. Ago-

ra vou divulgar para os companheiros de Pirituba que a luta é nacional, que nós precisamos nos unir e conquistar a terra para os lavradores. O nosso congresso foi uma grande vitória e vai repercutir muito no campo, incentivando os companheiros a lutar por seus direitos. (Gersino Egídio da Silva, 53 anos, agricultor em Pirituba, interior da Paraíba)

Prefeito derrotado atira a esmo contra a população

O advogado Eraldo Alves Correia está sofrendo uma brutal injustiça. Eraldo é acusado de ter matado o prefeito de Araguaína, João de Souza Lima.

Só que ele está preso tão somente por motivos políticos, porque é advogado da Fetag e membro do Bloco Popular do PMDB. Portanto, defensor dos trabalhadores rurais e do povo e contrário aos interesses de pessoas como João de Castro Neto, juiz de Araguaína e conhecido como grileiro e dos deputados Brito Miranda e José Freire. O primeiro também é conhecido como grileiro e o segundo, que também é secretário de se-

gurança pública, é conhecido pelo assassinato de lideranças sindicais.

Quando João de Souza morreu encontrava-se totalmente desmoralizado, pois a prefeitura não pagava há cinco meses o funcionalismo. A corrupção já era "descarada". Foi nesse clima que no dia 15 de fevereiro ocorreu a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal, culminando com uma fragorosa derrota da chapa apoiada pelo falecido prefeito.

Saiu vitoriosa a chapa Muda Araguaína, composta por democratas e liberais e apoiada pelo povo. Amargurado com a derrota e te-

mendo um pedido de auditoria da Câmara Municipal, o prefeito resolveu acabar com a festa do povo. Quando chegou na churrascaria gaúcha, onde se comemorava a vitória do povo, ele começou a atirar com um rifle gritando que iria matar pelo menos cinco canalhas. Foi alvejado no local.

Portanto, vimos que Eraldo não é em hipótese alguma um assassino. A única acusação que lhe pesa é a de defender os trabalhadores e o povo. Confiamos nos representantes da justiça da Nova República, na aplicação da lei com seriedade e justiça. (Amigos da TO em Araguaína, Goiás)

Moradores de Medicilândia depõem vice-prefeito

No distrito de Medicilândia, Km 90 da Transamazônica, município de Prainha, Estado do Pará, os moradores e entidades locais depuseram o vice-prefeito Eular Nicaretta. Numa reunião realizada em 29 de maio, cerca de 70 pessoas entre lideranças populares e representantes de entidades e o comércio local, entre as quais a Associação de Fornecedores de Cana de Açúcar da Transamazônica (ASFORT), a Associação dos Servidores do Projeto Pacal, Igrejas, Fundação SESP, Conselho Comunitário de Desenvolvimento de

Prainha, Banco do Brasil e Bradesco, decidiram pela eleição direta para vice-prefeito além de já realizar uma prévia de onde saíram 4 candidatos e marcar a eleição para 31 de junho. Foi também constituída uma comissão eleitoral que decidiu que votarão todos os maiores de 18 anos que moram na área, inclusive os analfabetos.

A idéia tomou corpo a partir da constatação de que o prefeito nomeado não estava gerindo as verbas de acordo com a vontade popular deixando margem até

mesmo à corrupção. A resolução foi encaminhada ao prefeito de Prainha, que não teve outra coisa a fazer senão acatá-la. Este episódio demonstrou amadurecimento democrático da comunidade de Medicilândia que já não aceita facilmente "autoridades" biônicas. Abre inclusive precedente para que a eleição direta para sub-prefeito venha a ser incorporada à legislação eleitoral e se torne realidade em todo o país e não leiloadas a cabos eleitorais como ocorre atualmente. (do correspondente em Medicilândia, Pará)



Firma Limpadora Paulista escraviza suas funcionárias

A firma Limpadora Paulista, na Rolamentos Scheffer, escraviza as funcionárias com toda espécie de maus tratos que se possa imaginar. Um chefe, sr. Cosme Bento dos Santos, massacra as funcionárias. Não as deixa sair de dia para ir ao médico, não aceita atestado; rasga o atestado e manda ir embora; diz que elas têm a noite toda para ir ao médico.

Esse chefe só falta bater nas funcionárias. Ele espalha pelo chão um produto de limpeza chamado Percrotilene, que causa intoxicação. E quando elas vão falar ele manda calar a boca, diz que se tocar no assunto ele manda embora. Há

pouco tempo, uma senhora foi acidentada, levou atestado e ele mandou embora, na hora.

Essa firma não dá aviso prévio; desconta do salário as roupas e sapatos do uniforme de trabalho. E, faz um ano e pouco, um senhor morreu dentro da firma porque passou mal, mas o chefe não o deixou sair para ir ao médico.

Agora, o chefe começou a nos maltratar de outra forma: as mulheres pedem sabão, ele põe na água ácido muriático; e quer obrigá-las a limpar o dia todo com aquilo. Ficamos com a mão ferida e ele ainda fica falando que vai nos pôr na rua. (um grupo de operárias, São Paulo, SP)



Motoristas querem sindicato novo

A campanha salarial dos trabalhadores do Expresso Caxiense, de Caxias do Sul, causou muita discussão e certa polêmica.

A empresa, que monopoliza o transporte da cidade, condicionou o aumento salarial dos trabalhadores ao aumento das passagens de ônibus, ou seja, o repasse integral aos usuários, procurando jogar a população contra os funcionários, como se estes, superexplorados, fossem os responsáveis pelo alto preço das tarifas (o mais alto do país).

O prefeito teve um comportamento não condizente com o espírito da Nova República. Cedeu totalmente às pressões e chantagens da empresa que, inclusive, convocou seus gerentes e chefes de setor para realizar a greve, beneficiando-se das vacilações da diretoria do Sindicato e da disposição de luta da categoria.

Mas, mesmo tendo conseguido o repasse, o Expresso Caxiense foi intrinsecamente inatencioso às reivindicações da categoria, que paralisou totalmente suas atividades no dia 14 de maio.

A greve revelou muitos problemas, sobretudo da diretoria do Sindicato, que se mostrou incapaz de orientá-la, vacilando o tempo todo.

Os trabalhadores estavam dispostos a arrancar 104% de

aumento (89% do INPC + 8% de produtividade) e a direção do Sindicato procurou de todas as formas fazer passar a proposta patronal de 97,5% de aumento, o que ficou evidenciado na assembleia que votou essa proposta.

Nessa votação, um fato curioso: os grevistas ficaram fechados do lado de fora dos portões e do lado de dentro ficaram os chefes de setor e os funcionários da área administrativa para votar o fim da greve a mando dos patrões. A diretoria do Sindicato colocou em votação várias vezes a proposta patronal e foi derrotada. Não satisfeita, a diretoria, tendo à frente seu presidente, Waldomiro Lazzari, mandou abrir os portões e chamou os trabalhadores, forçando-os a aprovar a proposta patronal. Com a ajuda do Sindicato, os patrões passaram a pressionar os trabalhadores individualmente. Mesmo assim, foram derrotados. No final, foi feita uma votação secreta e só então a empresa conseguiu o fim da greve.

O saldo de conscientização entre cobradores e motoristas da empresa foi muito bom. Muitos diziam que era preciso "pôr fora os pelegos do Sindicato" e "renovar a diretoria". (Grupo de Trabalhadores do Expresso Caxiense - Caxias do Sul - Rio Grande do Sul)



fala o POVO

O 4º Congresso da Contag teve grande repercussão e vem despertando entre os trabalhadores rurais o debate sobre a tão sonhada reforma agrária. Duas cartas deste número referem-se a esta questão. Elas mostram que, mesmo tímido, o projeto desperta a combatividade dos lavradores, desperta a consciência do direito que têm à terra em que trabalham.

Não por acaso o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirimir, Pernambuco, afirma que a luta pela reforma agrária vai esquentar o país. Um agricultor da Paraíba viajou 40 horas para participar do Congresso. E achou que valeu a pena o sacrifício já que "todos os congressistas aprovaram a luta pela reforma agrária. A luta é nacional". E agora, ele vai incentivar seus companheiros a defenderem seu direito à terra. (Olivia Rangel)

Cedro parece não ter prefeito, tal o abandono que está

A cidade de Cedro, no interior do Ceará, parece não ter prefeito, tal o abandono em que se encontra. Uma das suas ruas principais, onde está localizado o Curso de Pedagogia, torna-se intransitável para pedestre e até mesmo para automóveis ao primeiro sinal de chuva. A água empoeirada converte-se fácil e rapidamente num foco de doenças, tal a quantidade de mosquitos e outros transmissores que congrega.

Nas proximidades dessa rua fica o Posto Médico, de modo que quem vai se recitar tem de passar por dentro da lama, correndo o risco de um contágio. O mesmo acontece com o Colégio Estadual Celso Araújo, onde todos os dias centenas de crianças passam por esse trecho para assistir aula. O prefeito alega que não tem como resolver o problema, mas a verdade é que mesmo sob os invernos mais rigorosos essa água escoar facilmente, o mesmo não acontecendo agora, por falta de uma limpeza no terreno que dá acesso dessa rua ao riacho próximo, local cheio de entulhos e de matos. Pode também o sr. Prefeito alegar falta de recursos financeiros, mas o seu filho quando vem da capital vive rodando pelas ruas em carro placa branca e com combustível pago pela prefeitura, o mesmo acontecendo com a turma mais "chegada" a sua excelência (combustível grátis para os mesmos). A população de Cedro espera atitudes mais responsáveis do Sr. Hélio Jucá, já que cabe ao mesmo solucionar os problemas de sua comunidade. (Amigo da TO em Cedro, Ceará)

Via Juscelino Kubitschek é um perigo para todos

A via expressa Juscelino Kubitschek, que dá acesso a vários bairros de Divinópolis, coloca os motoristas sob constante risco de vida.

Em certo trecho, uma placa de sinalização de velocidade do Corpo de Bombeiros retira totalmente a visão dos motoristas que trafegam em ambos os sentidos entre a via e Licinia.

Por essas ruas circulam, em média, 10 coletivos de seis em seis minutos, dirigidos por motoristas sem nenhuma segurança, aflitos por arriscarem suas vidas, as de transeuntes e as de passageiros.

O Sindicato dos Motoristas exige a suspensão daquela placa mas o Comutram — Conselho Municipal de Transportes — negligentemente não atende aos apelos dos motoristas que, atendidos, trabalharão mais tranquilos e o risco de morte será diminuído.

Aproveitamos a oportunidade para convocar toda a classe a lutar por melhores condições de trabalho e por "jornada de trabalho de 40 horas semanais".

A mudança precisa ser feita nos mesmos, unidos na organização e na luta. (Amigos da TO no Sindicato dos Motoristas de Divinópolis - Goiás)

"Cabra Marcado" volta ao campo

Bastante emocionada, com lágrimas nos olhos, a líder camponesa Elizabeth Teixeira entregou uma cópia do filme "Cabra Marcado para Morrer" aos trabalhadores rurais participantes do 4º Congresso Nacional da Contag, em fins de maio. O filme, exibido nos cinemas de várias cidades, conta a história de João Pedro Teixeira, dirigente da Liga Camponesa de Sapé, interior da Paraíba, assassinado pelos latifundiários em abril de 1962. A viúva Elizabeth é a principal protagonista da película, que tem trechos de documentários de antes do golpe militar e cenas mais recentes. Conforme destacou o diretor da produção cinematográfica, Eduardo Coutinho, também presente no Congresso, "o filme volta às mãos dos seus principais atores, os trabalhadores rurais brasileiros".

A Tribuna Operária aproveitou o evento para entrevistar Elizabeth Teixeira, que contou a história da luta de seu marido — inclusive, de sua militância no Partido Comunista do Brasil —, e falou da emoção de participar de um congresso de trabalhadores rurais. "É bonito ver o povo mais unido, amadurecido, lutando por seus direitos. Para quem passou 16 anos exilada no seu próprio país, escondida dos latifundiários e do governo, este Congresso emociona muito", afirmou.

TO: Conte-nos um pouco da sua história e de João Pedro no campo da Paraíba antes do golpe militar de 64.

Elizabeth: Nós chegamos ao Estado da Paraíba, município de Sapé, povoado de Antas, em 1954. O João Pedro já tinha idéia de organizar os camponeses. Antes, em Recife, ele ajudou a fundar o Sindicato da classe dele, dos trabalhadores em pedras da capital. Em Sapé, João Pedro começou a tomar conhecimento da vida do homem do campo, seu salário, como sobrevivia. Os camponeses contavam a meu marido: "Olha, João Pedro, eu moro aqui nessa propriedade. O primeiro dia da semana de trabalho eu dou de graça para o patrão e o resto da semana eu trabalho pelo que o patrão queira pagar. Mesmo assim não pego no dinheiro. Ele fica no barracão, de onde eu compro farinha, feijão e açúcar preto. É só isso que posso comprar, pois o salário é muito pouco".

João Pedro, vendo as famílias doentes, analfabetas, sem roupas, sem dormida, falava para eles: "Companheiros, vamos nos unir. Só organizados podemos reivindicar melhores condições de sobrevivência, melhor salário". Assim ele começou a conversar com os camponeses. Naquela época era difícil organizar os lavradores, eles acreditavam que eram escravos da propriedade. No início ele reuniu dois, três, cinco companheiros, sempre lá em casa. Chegando nos dias de 1956, João Pedro reuniu uns 30 homens lá em casa. Quando o proprietário da fazenda soube, começou a perseguir. Espalhou que João Pedro era comunista, fazia agitação. Ele cortou inclusive o dinheiro que o João Pedro tira-

va da Cooperativa de Sapé. Ele ficou numa situação difícil, sem poder trabalhar, com fome, e então viajou para o Rio de Janeiro. Ficou oito meses no Rio, enquanto eu fiquei cuidando dos meninos.

Quando ele voltou a Sapé os camponeses começaram a procurá-lo. Queriam se organizar, derrubar o "cambão" (o dia de graça dado ao patrão), protestar contra os "gatos" nas lavouras, contra os despejos. Em 1958 foi fundada a Liga Camponesa, apesar de toda a repressão. Quem se filiava à Liga era perseguido, expulso da terra. Houve muita prisão, espancamento. O fazendeiro tomava a carteirinha do camponês que era sócio da Liga e entregava para a polícia. Um dia muitos capangas chegaram à nossa casa, só que o João Pedro não abriu a porta. Eles queriam matar meu marido. Em 1961, na posse do novo governo da Paraíba, o João Pedro foi preso, levado para o Recife, onde ficou detido por 18 dias. A nossa casa ficou rodeada de capangas, que fizeram várias provocações.

A repressão era grande. Os fazendeiros queriam matar João Pedro, destruir a Liga Camponesa. Mas ninguém se acovardava. Então chegou o dia 2 de abril de 1962, quando eles mataram o João Pedro numa emboscada. Ele tinha ido a João Pessoa falar com o advogado e quando voltava a Sapé, às 5:40 horas da tarde, foi assassinado. Os latifundiários pagaram dois policiais, que naquele dia se disfarçaram de vaqueiros e montaram a emboscada. O cabo e o soldado da polícia atiraram pelas costas, com balas de fuzil. O João Pedro inclusive trazia uns livros de admissão e cadernos para



A viúva de Teixeira cumprimentada por José Francisco, após doar o filme à Contag

o filho mais velho e quando ele tomou, depois de três tiros, os livros foram varados pelas balas.

Quando eu vi o João Pedro morto na pedra, com os olhos abertos, ouvidos cheios de terra e o peito todo esvaçado, eu não tinha lágrimas nos olhos para chorar. Era uma grande revolta dentro de mim. No momento eu pensei em voltar ao campo, unir os camponeses para protestar contra o bárbaro assassinato e prosseguir sua luta pelos direitos dos pobres, pela Reforma Agrária. Vendo os nossos 12 filhos de luto, órfãos, a revolta aumentou e eu resolvi continuar a luta, substituir o lugar do João Pedro na Liga Camponesa. Os fazendeiros já haviam assassinado outro companheiro da Liga, o Alfredo Nascimento, e a gente se uniu para lutar contra as injustiças e as violências no campo.

TO: Depois da morte de João Pedro a luta não se arrefeceu?

Elizabeth: Quando assassinaram meu marido a Liga Camponesa tinha 7.400 sócios. Daí eu substituí o lugar do João Pedro. Um ano após a Liga já tinha 16 mil associados — mas já eram os dias próximos ao golpe dos militares. A nossa luta não esmoreceu. Ninguém se abateu com a morte do

seu líder. Pelo contrário: o assassinato de João Pedro fez com que o homem do campo ficasse mais revoltado e se associasse à Liga. A nossa Liga foi a maior do Nordeste. Ela foi fundada pelo João Pedro, pelo Pedro Fazendeiro, João Alfredo e outros. A idéia destes homens era defender a causa do trabalhador. A morte de João Pedro fez regar a luta dos camponeses para que ela avançasse, ficasse mais unida.

TO: Há informações, inclusive em livros, de que seu marido foi membro do Partido Comunista do Brasil. Você confirma esta história?

Elizabeth: Eu sabia que ele tinha esta participação, que ele era comunista. João Pedro e outros companheiros de Sapé defendiam as idéias do partido. Quando a gente foi para o sítio da Anta ele já era do partido, desde Recife. No campo todos os camponeses sabiam que ele lutava para unir os camponeses por melhores dias, para que o homem do campo tivesse terra para trabalhar, para conquistar a Reforma Agrária. Eu vi várias reuniões dos comunistas em nossa casa, lá no Recife. Na Paraíba as reuniões eram na capital, em João Pessoa, e não no sítio. Já eu nunca participei do partido, eu nem sequer votava. Só votei uma vez, em 1962, nunca entendi estas questões de partido. Minha participação era na Liga, na luta dos camponeses, contra os proprietários que concentravam a terra. Eu só fiz prosseguir a luta de João Pedro na Liga.

TO: Mas a admiração que você tem por seu marido, por sua luta, por sua coragem, se estende para os comunistas?

Elizabeth: Olha, se estende sim. Minha admiração se estende a todos os que lutam pelos direitos do povo neste país, quer sejam comunistas ou pessoas de outros partidos. Tenho grande admiração por João Pedro e por seu partido, que sempre mostrou estar ao lado do povo.

TO: Elizabeth, você participou ativamente das lutas camponesas antes de 1964 e depois, com a ditadura militar, ficou exilada no seu próprio país.

Agora, qual a emoção ao participar deste grande congresso dos trabalhadores rurais brasileiros?

Elizabeth: A emoção é muito grande, grande demais, a gente inclusive não contém as lágrimas. Sinto que aquela luta de João Pedro Teixeira, a minha e de muitos outros companheiros não foi em vão. O sacrifício, a morte de João Pedro não foi em vão. Hoje vemos milhares de trabalhadores rurais participando do 4º Congresso, vemos inúmeros líderes e dirigentes sindicais prosseguindo a luta no campo, exigindo a Reforma Agrária. A luta do povo continua. O povo está se organizando em todos os cantos do país e fica cada dia mais consciente, mais amadurecido e mais forte na luta por seus direitos. Melhorou a organização dos camponeses. Hoje não é só a Paraíba, Pernambuco que lutam, é todo o Brasil. Hoje nós temos 2.600 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, 22 Federações e a poderosa e respeitável Contag. É muito mais gente a explicar, a ensinar, a organizar, a lutar.

TO: E o que significaram os 21 anos de regime militar para você?

Elizabeth: Para mim significaram muita tristeza. Eu tive que abandonar toda a minha família, meus filhos. Fiquei exilada numa pequena cidade, escondida num outro Estado, com um nome falso. Lá eu fiquei com o nome de Marta Maria da Costa, ninguém me conhecia como Elizabeth. Eu estava sendo perseguida, os latifundiários queriam me matar, o governo queria me prender, me maltratar. Eu não podia ter contato nem com a família, tive que abandonar todos os meus filhos. Então, para mim estes anos é como se eu fosse uma mulher condenada. Não tinha esperanças de voltar para meus filhos, para o meu povo.

TO: E agora com a Nova República, você acredita que com liberdade a luta do povo avance? Você que já viveu num governo democrático, isto é, positivo para a luta dos camponeses?

Elizabeth: Lógico que é. Com a Nova República nós temos mais espaço para lutar, nós respiramos um pouco mais de liberdade, de democracia, o que incentiva o povo para lutar por seus direitos. Hoje nós estamos aqui neste congresso, o que seria muito difícil de ocorrer alguns anos atrás. Acredito que com a Nova República os problemas do homem do campo não vão ser resolvidos, mas nós teremos mais espaço para lutar, reivindicar, protestar contra a repressão, contra o assassinato dos líderes sindicais, e com isto caminharemos para as nossas vitórias.

TO: E você vai retornar à atividade sindical no campo? O filme mostra que mesmo debaixo da ditadura militar você não parou de lutar, de ajudar o povo. Você dava aulas, reunia o pessoal. Agora, podendo assumir sua real identidade de líder camponesa, como fica sua atuação?

Elizabeth: Eu continuo participando da luta, indo a debates, encontros de Sindicatos, de mulheres. Mas como líder sindical eu já estou muito velha, com 60 anos de idade. A juventude está aí, com mais forças, cheia de coragem, disposta a atuar nos seus Sindicatos. Eu já tenho algumas dificuldades da própria idade. Mas que minha participação de luta, de ajuda onde for chamada, eu darei, darei o tempo todo. Continuo firme na luta, sempre, até o final, até a conquista da Reforma Agrária, de melhores condições de vida para o nosso povo. (Edson Ferrari e Altamiro Borges)



Elizabeth no filme e no Congresso (ao lado): "É bonito ver o povo mais unido"



Foto: Arquivo TO

Tribuna Operária

- Endereço:** Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Ovídia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-8644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 47000. Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Getúlio Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de
- Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.**
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000.
Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428. Fone: 234-7484. CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 208, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa-Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alacrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andrades, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Victorino, 746-A - CEP 96200.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroza, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 1800 - CEP 17000. Osasco: Rua Tan. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
- A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação de Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorutês, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Inscreva-se na campanha Nova República da TO.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Annual (52 edições) Cr\$ 100.000
- Annual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
- Assinatura trimestral (17 edições) Cr\$ 12.500
- Annual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

Os exemplos da luta no campo

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em fins de maio, além de representar um grande avanço do sindicalismo no campo brasileiro, possibilitou pintar um painel do atual estágio da luta na zona rural. Nele foram feitas contundentes denúncias das violências dos latifundiários e grileiros, sempre acobertados pelos órgãos do regime militar, e foram relatadas inúmeras experiências de luta e organização dos trabalhadores rurais para conquistar seus direitos. A Tribuna Operária selecionou quatro casos que ilustram bem como se desenvolve a ação sindical no campo, evidenciando a coragem dos lavradores e a truculência dos grandes fazendeiros na guerra pela terra que atinge todo o país.

BAHIA

Otilia, "jurada de morte pelos latifundiários"

Otilia Nogueira, 42 anos, lavradora em Itacaré, no sul da Bahia, encontrou uma forma incisiva de denunciar a violência no campo durante o 4º Congresso da Contag. Entregou ao ministro Nelson Ribeiro um presente: uma panela crivada de balas. O alvo dos projéteis era a própria Otilia, "jurada de morte pelos latifundiários da região".

O atentado ocorreu na noite de 19 de maio passado. A camponesa estava preparando o jantar quando ouviu um ruído, "sentiu o cheirinho da morte" e desviou o corpo. O tiro da espingarda 12, com chumbinhos, rolemãs e cabeças de pregos, perfurou a panela e o impacto derrubou Otilia no chão. Imediatamente a família saiu em sua defesa, marido e filha armados de espingardas, e o pistoleiro fugiu.

Segundo Otilia, "há muito tempo eu estava marcada de morte pelo Luis Mendes Ferreira, grande latifundiário que diz ser dono de quase mil hectares de terra e quer nos expulsar da nossa pequena posse". Nesta localidade moram 40 famílias de posseiros, algumas há mais de 30 anos.

A região do sul da Bahia está cheia de conflitos por terra. Segundo Arthur de Paula, presidente do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola (Ceata), "a área sempre foi violenta. O caxixe, ou grilagem como é mais conhecido, é antigo. Faz parte da história das grandes fazendas de cacau, que se ampliaram na base da grilagem. O que ocorre é que ultimamente houve um aumento da violência, com a formação



Otilia (atrás do ministro Nelson Ribeiro) denuncia a violência

de verdadeiros exércitos de pistoleiros, que atuam nos municípios de Una, Canavieira, Venceslau Guimarães e na maioria das cidades do sul da Bahia".

Milton Silva Moreira, posseiro em Una, confirma a denúncia. Com boa memória, ele lembra alguns casos de violência. Em janeiro de 1982, um grileiro e mais 82 jagunços invadiram o povoado, destruíram as roças de cacau, guaraná e mandioca e queimaram 32 casas de lavradores. Em março do ano passado, nova investida: 83 pistoleiros voltaram a destruir as plantações e tocar fogo em 18 casas. E em setembro passado, uma ação mais violenta: 63 capangas, armados com fuzis de repetição, parabellums e várias caixas de balas,

espancaram três posseiros. Um deles, seu Graciliano Cardoso, 45 anos, pai de oito filhos, está sem poder andar até hoje.

A polícia nunca fez nada para conter os latifundiários. Nem sequer registrou as queixas dos posseiros. Pelo contrário: o delegado do Departamento de Polícia do Interior (Depin), Olenete Teixeira, vive ameaçando os posseiros. Segundo Adelino Neriz dos Santos, 53 anos, presidente do STR de Itacaré, "em toda a nossa região a polícia e a Justiça estão ligadas aos latifundiários. Os fazendeiros vivem armados, com bandos de 30, 40 jagunços, e a polícia não faz nada. Nossa única forma de resistir é trabalhar a roça em mutirão e ficar com as espingardas do lado".

em 13 de setembro, às seis horas da manhã. Cerca de 30 soldados da PM invadiram sua residência e o puxaram até a praça pública — que já estava repleta de lavradores. "Sofri muita humilhação, uma judiação. Eles me obrigaram a ficar de joelho, deram uns murros de coice de fuzil. Depois dois PMs me levaram para o meio da mata, me bateram com cipó e juraram que iam tirar minha

vida". No final do ano passado, em 7 de dezembro, Fidélis foi novamente preso. "Fui levado para a cadeia de Arapoema, onde levei muitos tapas no rosto".

A causa de todas estas violências é a existência na região de inúmeros grileiros, que possuem milícias privadas para expulsar os posseiros. De 1981

até agosto de 1984 ocorreram na área dois assassinatos de posseiros, queima de casas e destruição de roças; mas também foram mortos três jagunços. "Por enquanto nós estamos ganhando a guerra. Resolvemos resistir, com espingarda na mão, porque a Justiça nunca puniu os criminosos e temos que defender nossa terra", conclui Fidélis.

MARANHÃO

Órgão do governo serve a interesse de grileiro

Durante o 4º Congresso da Contag, o ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, enfatizou que na Nova República a Polícia Militar, Federal e os chamados "órgãos de segurança", como o Getat e Gebam, mudaram sua conduta, "não reprimindo mais os trabalhadores". Seu discurso foi entusiasticamente aplaudido, de pé, pelos congressistas, que agora aguardam ansiosos o cumprimento das promessas.

Para o lavrador é fundamental que os órgãos públicos não tenham uma postura agressiva no campo. Até aqui, durante o regime militar, os trabalhadores rurais tiveram que enfrentar, além da violência dos latifundiários, a ação arbitrária da polícia, dos oficiais de "justiça" e dos Getats e Gebams. Um caso exemplar é o dos posseiros e arrendatários de Porto Franco, no interior do Maranhão, divisa com Goiás.

Segundo Ana Araci Alves Barros, 42 anos, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Franco, "o

camponês tem que enfrentar uma série de injustiças que partem de todos os lados, principalmente dos órgãos do governo". Ela lembra que são comuns as ações da PM do Estado, sempre a soldo dos fazendeiros, queimando casas, destruindo roças e intimidando lavradores a depor na delegacia. "Quase que diariamente a gente é chamada na polícia, que sempre nos tenta intimidar".

Quando, em meados do ano passado, 500 posseiros ocuparam as terras inexploradas da Fazenda Palmeirinha, a Agropecuária Mafisa, que se diz dona da região, investiu furiosamente, utilizando-se do reforço policial. Na época os posseiros, que ainda botavam fé nos órgãos do governo, procuraram o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins) para resolver o conflito. "Só que os técnicos do Getat, cínicamente, foram à região e fizeram o levantamento das terras dos pequenos proprietários da área; simplesmente não tocaram nas terras dos latifundiários".

Os trabalhadores de Porto Franco são alvejados por todos os lados, não tendo nenhuma proteção das chamadas "autoridades". O delegado de polícia local, Zacarias, vive taxando o Sindicato de "subversivo e terrorista". Em 1974, quando o STR foi fundado, os fazendeiros fizeram um abaixo assinado prometendo matar o lavrador Leonardo Pereira, fundador da entidade: o delegado simplesmente fingiu que não viu nada.

Já o prefeito da cidade, Raimundo de Souza Milhene, do PDS, é um dos maiores grileiros da área. O delegado da região, Volbi Dourado, também é ligado aos latifundiários e gosta de alardear que "o trabalhador que ocupar terras vai para o pau". O mesmo ocorre com os técnicos do Getat e os oficiais de Justiça, todos testas-de-ferro dos latifundiários e grileiros da região. A situação é tão acintosa que, segundo Lima Costa da Silva, 43 anos, "é comum ver os jagunços com as roupas da PM, intimidando os trabalhadores".

PERNAMBUCO

Delegado sindical ativa as lutas nos engenhos

Os 240 mil canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco são conhecidos em todo o país por seu alto grau de organização e pelas combativas greves que há seis anos paralisam os canaviais por melhorias de salário. Entre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região um se destaca, servindo como exemplo para o restante do sindicalismo do Brasil: é o de São Lourenço da Mata, que congrega 5 mil assalariados da cana.

Neste município, cada um dos 27 engenhos tem um delegado sindical com estabilidade no emprego, auxiliado por um grupo de apoio na sua tarefa de mobilizar os trabalhadores. Foi exatamente em São Lourenço que estouraram as primeiras paralisações, em setembro de 1979, inaugurando a onda de greves da categoria. Agápio Francisco dos Santos, 43 anos, presidente da entidade, orgulha-se de dizer: "Na nossa base todo mundo participa da luta, vigia os patrões, faz greve. Não tem essa conversa de ir pescar, ou ficar dormindo em casa".

Com seus instrumentos de trabalho, foice e espingarda de caça, os grevistas formam piquetes que nem a polícia se atreve a ultrapassar. Na greve de setembro passado, que durou 11 dias, o governo do Estado mandou 170 PMs armados dissolver os piquetes do engenho Curupaite. Mas a polícia recuou ao ver 400 trabalhadores a postos no piquete.

A construção desta forte organização vem desde 1965, quando Agápio foi eleito presidente do STR. Com o golpe militar de 64, o Sindicato sofreu intervenção, a Liga Camponesa local foi fechada e vários ativistas foram presos. Mas a repressão não desestruturou totalmente o combativo sindicalismo da região, que manteve vários delegados sindicais. Já em 65 o Sindicato foi renovado. O delegado Regional do Trabalho não quis dar posse à nova diretoria, mas os



Sede do STR de São Lourenço da Mata vive sempre lotada

trabalhadores se armaram com pedaços de madeira, tomaram a sede sindical e garantiram a posse.

Durante os anos negros da ditadura militar, o STR de São Lourenço realizou um silencioso trabalho de organização. "Com esse trabalho paciente, de formiguinha, fomos organizando o pessoal, ganhando coragem. Em meados de 1978 começamos a falar em greve e em 79 paramos todos os engenhos". Hoje, a organização dos assalariados está consolidada.

Para Agápio Francisco, "o segredo desse sucesso se deve ao delegado sindical, que está todo dia junto com os trabalhadores, verifica seus problemas e une o pessoal para a luta". Ele é taxativo: "O STR que não tem delegado de base é como se fosse um corpo sem pernas. Não cresce. Não anda. Não avança na luta". Estes representantes da base são eleitos em reuniões democráticas, feitas nas casas dos próprios lavradores.

Os usineiros e donos de engenhos, conhecidos reacionários, também conhecem o poder da organização no local de trabalho. E tentam de todas as formas destruir essa organização. A única garantia de estabilidade no emprego do delegado de base está na organização dos trabalhadores. Se ele é demitido, todo mundo pára e só retorna ao trabalho após a readmissão da liderança. Isso já ocorreu várias vezes na região, como recentemente na Usina Tiúna.

Os canavieiros sabem da importância do delegado sindical e não aceitam qualquer traição. Há poucos dias, a Usina Bulhões corrompeu um delegado sindical que vendeu sua estabilidade por Cr\$ 7 milhões. "Ele caiu na besteira de trair a categoria. A partir daí ficou isolado. Os trabalhadores denunciaram a traição na cidade e ninguém comprou mantimentos na mercearia que ele comprou com o dinheiro do suborno. O colado caiu", relata Agápio. (Altamiro Borges)

GOIÁS

O sindicalista precisa "ser cabra de coragem".

"Para atuar no campo precisa ser cabra de coragem", comenta Antônio Fidélis Paixão, 48 anos, presidente do STR de Arapoema, em Goiás. Seu comentário não contém nenhuma

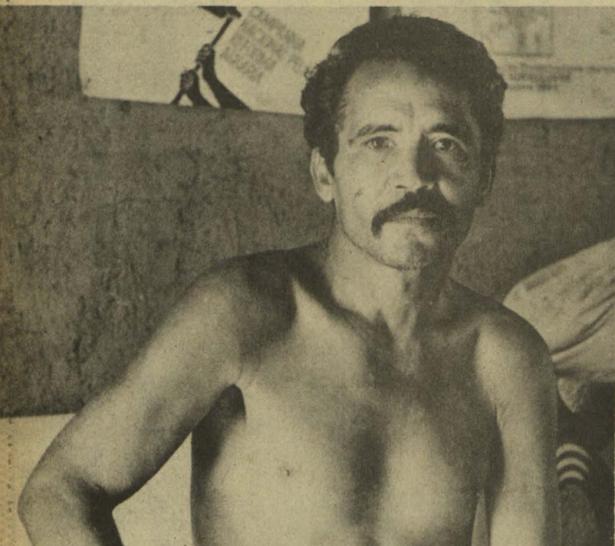
dose de presunção. Expressa a pura realidade do sindicalismo no campo, alvo de constantes e violentas ações dos latifundiários, grileiros e soldados da polícia. Fidélis é um exemplo vivo

dessa situação. Como gosta de repetir, "ainda conto histórias por que não chegado meu dia de morrer, por pura sorte e alguns cuidados".

Só no ano passado o sindicalista goiano foi preso três vezes, além de receber inúmeras ameaças de morte. A primeira detenção, em 23 de maio, se deu simplesmente porque defendera um velho posseiro expulso de suas terras. "Três PMs me pegaram a força e me levaram para o quartel. Fui humilhado pelo major, coronel e juiz de direito, que me ameaçaram de morte. Suei frio, pensei que havia chegado meu dia".

No dia 9 de março, Fidélis foi novamente agredido, desta vez por um pistoleiro de um latifundiário local. "O jagunço entrou em casa e veio com conversa mole. Fiquei cismado e não acompanhei o danado. Foi minha sorte". Poucos minutos depois o pistoleiro assassinou dois camponeses, inclusive o secretário do STR, Hugo Ferreira, e deixou um ferido.

Sua segunda prisão ocorreu



Fidélis: três prisões e várias agressões na luta pela terra